

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**

**RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS:
O CASO DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO,
NO CEARÁ**

ILZA MARIA GRANGEIRO XAVIER LAGE

CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

RECIFE 2001

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS:
O CASO DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO,
NO CEARÁ**

ILZA MARIA GRANGEIRO XAVIER LAGE

RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS: O CASO DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO, NO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em História, da
Universidade Federal de
Pernambuco, para a obtenção do grau
de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a Ana Maria Barros

R e c i f e

2 0 0 1

Esta dissertação foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em História, outorgado pela Universidade Federal de Pernambuco/Universidade Estadual do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados nas bibliotecas das referidas Universidades.

ILZA MARIA GRANGEIRO XAVIER LAGE

Dissertação aprovada em ____/____/____

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais Eptácio Xavier
e Lérida Grangeiro, pelo
estímulo, compreensão, amor e
exemplo de vida, dedico este
trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido Alencar Lage, pela compreensão, colaboração, incentivo e pelos momentos difíceis e necessários passados juntos, para que este estudo se tornasse possível;

Ao meu filho Matheus, pelo tempo não disponível, sem cobrança concreta;

Agradecimento fraterno ao Prof. Dr. Francisco José Loyola Rodrigues, pelo estímulo e contribuição prestada à realização deste meu sonho;

À professora Dra. Ana Maria Barros, orientadora, pelos ensinamentos e paciência na compreensão das dificuldades pelas quais passei;

À FUNCAP, na pessoa do Dr. Ariosto Holanda, pela concessão da bolsa de mestrado, sem a qual este trabalho não seria realizado;

Aos jornalistas, F.S. Nascimento, pela elucidação de alguns fatos relativos à História Política do Ceará e a Dorian Sampaio, *in memoriam*, pela disponibilidade de seu acervo para esta pesquisa;

Às Universidades Estadual do Ceará e Federal de Pernambuco, pela oportunidade de cursar o Mestrado na área de História;

Minha gratidão ao Prof. Dr. Adegildo Ferrer, pelas cobranças na forma de estímulo, que me animaram a continuar até à reta final;

Ao Dr. José Anthelmo Freire de Castelo, pela liberação de documentos pertencentes ao seu pai, o Governador Plácido Aderaldo Castelo, que contribuíram com informações valiosas para este trabalho;

Aos meus demais familiares e amigos que, acreditando em mim, representaram, cada um à sua maneira, fonte de apoio e estímulo para que este trabalho se tornasse realidade

Aos que aqui não foram citados, mas que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, os meus mais sinceros agradecimentos.

SUMÁRIO

RESUMO	11
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	
A DIFÍCIL INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	
1. – Os propósitos americanos	26
2. – O contexto histórico e a penetração da Aliança para o Progresso no Brasil	40
CAPÍTULO II	
A ALIANÇA PARA O PROGRESSO: A RECONSTRUÇÃO ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA ?	
1. – Bases institucionais. Objetivos e metas	58
2. – Ações econômicas da Aliança na América Latina	64
3. – Críticas à Aliança para o Progresso	76
CAPÍTULO III	
O CEARÁ E AS “ALIANÇAS” NO GOVERNO DO CEL. VIRGÍLIO TÁVORA	
1. – Os bastidores da sucessão cearense de 1958	87
2. – A gestão do Coronel Virgílio Távora	91
3. – Uma aliança para o PLAMEG	111
CONCLUSÃO	127
BIBLIOGRAFIA	131
ANEXOS	140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AID	AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL
ALALC	ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO
BIRD	BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO
BID	BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
BNDE	BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
BCIE	BANCO CENTRO-AMERICANO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA
CIES	CONSELHO INTERAMERICANO ECONÔMICO E SOCIAL
CIAP	COMITÉ INTERAMERICANO DA CARTA DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO
CEPAL	COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA
CEAPA	COMISSÃO ESPECIAL PARA OS ACORDOS SOBRE PRODUTOS AGRÍCOLAS
COCAP	COMISSÃO COORDENADORA DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO
CFI	CORPORAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL
CAD	COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA
CREAI	CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL DO BANCO DO BRASIL
CONTAP	COOPERAÇÃO TÉCNICA DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO
DNOCS	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
DCIE	SECRETARIA DO TRATADO GERAL DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA
FMI	FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
IBAD	INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA
OEA	ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
OPA	OPERAÇÃO PAN-AMERICANA
PDC	PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO
PLAMEG	PLANO DE METAS GOVERNAMENTAIS
PR	PARTIDO RENOVADOR

PSD	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO		
PSP	PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA		
PST	PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA		
PTB	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO		
PTN	PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL		
SUDENE	SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE		
UDN	UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL		
USAID	AGÊNCIA INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO		

RESUMO

A dissertação intitulada *Relações Brasil-Estados Unidos: o caso da Aliança para o Progresso no Ceará (1962-1966)* procura analisar os propósitos da Aliança para o Progresso, a penetração dela no Brasil e as ações durante o governo do Cel. Virgílio Távora. Inicialmente apresentamos uma abordagem da preocupação dos Estados Unidos com a intensificação da propaganda comunista na América Latina e o seu enfrentamento. Segue-se uma análise da política nacional e da situação do Nordeste brasileiro no contexto das relações internacionais. São igualmente explicitados os postulados do Programa na perspectiva oficial e os mecanismos que permearam a política cearense nos anos 50/60. Ao final, abordamos os projetos do PLAMEG que foram beneficiados pelos incentivos da Aliança para o Progresso.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A Aliança para o Progresso, objeto de nossa pesquisa, foi um programa multilateral de ajuda norte-americana à América Latina, iniciado pelo Governo John Kennedy e referendado pela Conferência de Punta Del Este, em 17 de agosto de 1961. O Programa propunha-se a uma vigência de dez anos, com gastos de vinte bilhões de dólares anuais.¹ Pretendia conter o avanço comunista sobre a América Latina², fato já presente na Revolução Cubana de Fidel Castro em 1959. Os propósitos de ajuda abrangiam o político, o econômico e o social.

O nosso objetivo, aqui, é o de, situando a Aliança no seu contexto histórico, examinar como ela atuou no caso particular do Estado do Ceará. Por tratar-se de um tema pouco abordado pelos historiadores, buscamos contribuir, ainda que modestamente, para a superação dessa limitação da historiografia, analisando e interpretando os aspectos socioeconômicos e políticos que margearam aquele período tão importante para o Ceará, caracterizado pela introdução no Estado da mentalidade desenvolvimentista da época.

Sobre o contexto político, econômico e social que ensejou o aparecimento da Aliança para o Progresso, tem-se como referência um

conjunto de obras já consagradas na América Latina. Em primeiro lugar, destacamos a obra de DOZER (1974), *América Latina – uma perspectiva histórica*, que de modo cronológico cobre em toda a sua extensão a história latino-americana, desde os primórdios até à época contemporânea. O autor analisa os primeiros tempos das descobertas, as invasões, as estruturas dos governos imperiais na América Latina, a conquista da independência, seus povos e culturas, a Igreja, as relações internacionais, as doutrinas e os governos, a democracia, a guerra e pós-guerra e a América Latina no mundo contemporâneo. Encontramos neste livro uma extensa bibliografia, além de valiosa discussão sobre o tema, tornando-se, assim, leitura obrigatória a qualquer um que se aventure a estudar a sério a temática latino-americana. Entretanto, especificamente sobre a Aliança para o Progresso, pouca informação nos traz, embora sua publicação no Brasil, atualizada, date de 1974.

Outros autores que abordaram as questões da América Latina e que foram fontes de referência para o nosso trabalho, são: MICHELENA (1977), em sua obra *Crise no sistema mundial – política e blocos de poder*⁸, analisa, sob a óptica de um nativo da América Latina, como as transformações dos processos políticos mundiais podem tornar viáveis

ou liquidarem as alternativas dos países subdesenvolvidos, especialmente dos latino-americanos.

BANDEIRA (1973), analisa a influência dos Estados Unidos no Brasil, nos dois séculos de relacionamento entre os dois países. Fazendo uso de vasta documentação de arquivos pessoais de personalidades brasileiras, bem como de informações conseguidas através de entrevistas com outras destacadas figuras da vida política nacional, O autor apresenta, em forma de crítica contundente, um balanço destes dois séculos, sobretudo no relacionamento econômico, no que, para o autor, o Brasil sai sempre perdendo.

Para BANDEIRA (1973, p. 7), *“Os Estados Unidos diferenciaram-se do Brasil na sua formação. Ali se erigiu uma sociedade mais igualitária que nas outras regiões da América, devido ao modo de produção e às relações de propriedade que se impuseram pela forma como se processou o seu povoamento.”*

Sobre a Aliança para o Progresso BANDEIRA (1973, p. 447) declara: *“As verbas da Aliança para o Progresso, a fim de pretensamente promover certa melhoria (de caráter assistencialista) nos padrões de vida da população nordestina, constituíam apenas um dos*

instrumentos com que o imperialismo norte-americano jogou, para conter ou esmagar qualquer revolução.”

MONTENEGRO (1971), professor da Universidade Federal do Ceará, foi o único cearense a publicar obra sobre a Aliança, com o título: *Da Aliança para o Progresso à Ação para o Progresso*. Trata-se de uma obra, segundo o autor, escrita com a finalidade precípua de expor problemas mundiais palpitantes relacionados no programa de Economia Internacional, disciplina que ministrava na UFC. O capítulo concernente à Aliança para o Progresso aborda os aspectos internacionais, não contemplando o programa no Estado do Ceará.

Quase todas as informações oficiais para o nosso trabalho foi obtida do Relatório da Comissão de Análise Ministerial sobre a Aliança para o Progresso, dos anos 1961 a 1965³. Por se tratar de um documento oficial do Governo brasileiro, com informações de caráter eminentemente técnico, não encontramos nele críticas que pudessem desmerecer o programa da Aliança na sua vertente brasileira. Entretanto, analisando a literatura sobre o assunto, constatamos que, diferentemente do que espelha o relatório dessa Comissão de Análise, o programa da Aliança, no Brasil e na América Latina como um todo, não correspondeu aos postulados estabelecidos na Carta de Punta Del Este. Vejamos a

crítica que faz ANDERSON (1975), no que diz respeito ao Equador, Colômbia e Peru:

“O programa da Aliança para o Progresso, devido a sua estabelecida dependência para com a assistência estrangeira, não desenvolveu grandes ajustamentos na administração equatoriana. [...] A maioria dos programas adotados desde essa época tem sido modesta continuação de programas existentes e nenhum deles parece ter tido a capacidade de causar qualquer impacto nos encargos do desenvolvimento do país. [...] Portanto, o programa da Aliança para o Progresso, no Equador, envolveu basicamente pequenas melhorias de programas de desenvolvimento em operação... (ANDERSON, p. 285)

“Na Colômbia...conquanto o ímpeto de muitos dos projetos da Aliança tivesse sido mantido, o ritmo da mudança não se acelerou, como se prevera.”
(ANDERSON, p. 294)

“Em geral, evidencia-se que a dinâmica recuperação econômica do Peru durante o início da década de sessenta obscureceu um pouco o lento início dos projetos básicos sociais.” (ANDERSON, p. 302).

Com relação à reforma agrária muito pouco foi feito pelos governos que seguiam os preceitos da Aliança. Segundo ANDERSON (1975, p. 412), *“Das tentativas de reforma agrária [...] exceção da Colômbia, nenhuma das medidas de reforma decretadas no período da Aliança para o Progresso havia produzido qualquer resultado significativo.”*

Segundo o mesmo autor, esses governos também não foram muito hábeis quanto ao aspecto do desenvolvimento econômico:

“Com a possível exceção de El Salvador, o programa da Aliança para o Progresso não parece ter conseguido mudança definitiva no papel econômico do Estado nessa região até agora. Os governos cujo estilo administrativo harmonizava com a filosofia da Aliança, antes de 1961, permaneceram no poder em países como a Venezuela e Colômbia, embora sem aumento radical no ritmo do esforço do

desenvolvimento. Somente no Peru e em El Salvador os governos mais compatíveis com os objetivos da Aliança subiram ao poder depois do início do programa, e isso foi neutralizado pela implantação de regimes menos progressistas, ou pelo menos ‘duvidosos’, em Honduras, Equador e Bolívia.”

(ANDERSON, p. 412-413).

As instituições financeiras e o próprio Governo dos Estados Unidos dificultavam o acesso ao crédito, liberando-o apenas para os governos alinhados com a política americana. A esse respeito MICHELENA (1977, p. 83) declara:

“Obviamente tal programa – programas de desenvolvimento financiados pelo BIRD, – deverá estar de acordo com a filosofia do Banco, sob pena de não saírem os empréstimos. Assim, o Banco exerce considerável pressão sobre os governos e sobre as classes dirigentes dos países subdesenvolvidos, para que adotem um padrão de desenvolvimento afinado com o do bloco capitalista, em seu conjunto. Ao mesmo tempo o Banco está sujeito a pressões oriundas de seus

membros mais poderosos, particularmente dos Estados Unidos.”

Este caso ficou bem patente quando da eleição do Sr. Miguel Arraes para o governo de Pernambuco. Segundo BANDEIRA (1973, p. 446-447), Celso Furtado, então Superintendente da SUDENE, ao saber que a Embaixada dos Estados Unidos pretendia excluir Pernambuco de qualquer auxílio, durante o governo Arraes, recusou-se a compactuar com a manobra e ameaçou denunciar a Aliança para o Progresso, levando o fato ao conhecimento público, se Lincoln Gordon insistisse na pressão.

Sobre o primeiro período do Governo do Cel. Virgílio Távora - quadriênio 1963-1966, valemo-nos do seu Plano de Metas Governamentais – PLAMEG. Essa forma planejada de governo coincidia com os postulados da Aliança para o Progresso, que necessitava e exigia de seus parceiros, programas, planos e projetos bem elaborados para a aprovação e repasses de verbas.

Os trabalhos apresentados na Jornada Brasileira da Aliança para o Progresso, realizada em Fortaleza, de 4 a 6 de novembro de 1964⁴, forneceram-nos subsídios para a análise do pensamento oficial sobre as ações do Programa no Ceará.

Sobre a situação política do Ceará durante o governo de Virgílio Távora, tomamos como fonte de referência as obras de VIDAL (1994), *Imprensa e Poder*, e a de LINHARES (1996), *Virgílio Távora: sua época*. A primeira analisa as relações entre a imprensa e o governo, com ênfase na formação da imagem de Virgílio como homem público e na utilização desse meio de comunicação para a consolidação de seu projeto político desenvolvimentista. A segunda obra não passa de uma narrativa de fatos ocorridos durante o Governo Virgílio Távora, sem a apresentação de uma análise crítica destes acontecimentos, que permitissem ao leitor uma conclusão sobre os bastidores da política cearense. Contudo serviu de fonte de informação para nossa pesquisa.

As outras fontes pesquisadas constituíram-se de: jornais, entrevistas e documentos oficiais dos governos do Brasil e dos Estados Unidos. Os jornais pesquisados forneceram dados importantes para a análise de ações políticas desenvolvidas no Estado do Ceará a partir dos anos 50.

Outras informações acerca do período foram coletadas através de entrevistas orais realizadas com pessoas que tiveram participação na Aliança e no Governo do Estado. Algumas personalidades relacionadas por nós para entrevista negaram-se a fornecer informações, alegando não

terem mais lembranças e ou qualquer dado que possibilitasse esclarecimentos para o tema em questão.

Inúmeras foram as dificuldades⁵ encontradas com relação à documentação do primeiro período de governo do Cel. Virgílio Távora, no Ceará. Mesmo assim, conseguimos localizar um exemplar do PLAMEG (Plano de Metas Governamentais), a Mensagem do Governo do Estado à Assembléia Legislativa, nos anos 63/64, dando ciência àquele poder de ações já iniciadas; e o texto “Uma Experiência de uma Administração Planificada”, o qual havia sido apresentado a membros da Escola Superior de Guerra. Localizamos, também, uma série de informações nos ANAIS da Assembléia Legislativa do Ceará, referente ao quadriênio 65-68.

Embora não tenhamos tido acesso à documentação na sua totalidade, acreditamos que, com a disponível, contribuímos para o esclarecimento de fatos da história do Brasil e do Ceará, nas suas implicações com a história das Américas.

O presente trabalho divide-se em três capítulos: o primeiro, trata da política empreendida pelos Estados Unidos para a América Latina, no início da década de 60 bem como da política brasileira no momento da

implantação da Aliança. Enfoca também a posição do Nordeste brasileiro no contexto das relações internacionais e sua adesão à Aliança.

No segundo capítulo, procuramos esclarecer o que foi a Aliança para o Progresso, quais seus objetivos, suas metas, suas bases institucionais, e como ela se desenvolveu no território brasileiro.

O terceiro capítulo aborda a história política do Ceará, discutindo o primeiro governo de Virgílio Távora e o seu PLAMEG. Apresenta, também, uma análise dos projetos e das verbas que foram liberadas pela Aliança para o Governo do Ceará.

Procuramos trazer à tona um tema extremamente delicado, nas suas conotações políticas, econômicas e sociais. É uma pequena contribuição à história do Ceará e, quiçá, à história das Américas. Esperamos ter atingido nossos objetivos e que esta dissertação de Mestrado venha a se tornar um referencial de consulta para futuros trabalhos de pesquisa.

Notas à Introdução

- 01.- TORRES, Ary Frederico. *Digesto Econômico*, nº 172. 1963. p. 137
02. - PARKER, Phyllis R. *O papel dos Estados Unidos no golpe de estado de 31 de março*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. p. 117.
03. – Este Relatório pode ser encontrado na sede da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Recife-PE.
04. – Sob a chancela da Organização dos Estados Americanos e Comissão Brasileira da Aliança Para o Progresso, e patrocinada pelo Governo do Estado e SUDENE.
05. – O acervo pertencente ao Coronel Virgílio Távora encontra-se indisponível para consulta no Arquivo Público do Ceará.

CAPÍTULO I

CAPÍTULO I

A DIFÍCIL INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

1.- Os propósitos americanos

A preocupação com a paz entre as nações latino-americanas vem desde as guerras de independência e esse tem sido um dos objetivos do sistema interamericano promovido por iniciativa dos Estados Unidos, a partir de 1889. Para a consecução desse objetivo foram criadas organizações que receberam sucessivamente as denominações de Escritório Comercial das Repúblicas Americanas (1890-1910), União Pan-Americana (1910-1948) e Organização dos Estados Americanos (criada em 1948). A partir da Segunda Guerra Mundial, estas se converteram numa aliança defensiva contra a agressão vinda de fora do Hemisfério .

*“A relação especial entre os Estados Unidos e a América Latina tinha como base tradicional o papel do primeiro como **nação protetora** do hemisfério.”*

(YPSILON, apud SILVERT, K.H., 1967, p. 137).

Esse papel de guardião foi intensificado logo após a Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos, em vista da situação econômica mundial do pós-guerra, assumiram uma posição hegemônica. Essa condição de guardião do Hemisfério vai durar até à recuperação da Europa, patrocinada pelos próprios Estados Unidos, através do Plano Marshall.

Antes da Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento econômico era considerado ainda como problema exclusivamente nacional, para cuja solução nem a comunidade internacional nem a regional tinham responsabilidade determinada. Quando os países industrializados contribuía para o desenvolvimento econômico de regiões mais pobres, esta contribuição era, geralmente, resultado acidental de seus investimentos privados, por meios diretos ou por compra de bônus. Além disso, ainda era aceita a tese de ser o desenvolvimento econômico, principalmente, um problema básico de formação de capital e de iniciativa privada, embora as tensões sociais surgidas durante a Grande Depressão de 1930 tivessem desencorajado muitos adeptos dessa teoria.

A vulnerabilidade à “subversão” política, ideológica e econômica a que ficaram submetidas às regiões menos desenvolvidas

economicamente logo após o final da Segunda Guerra Mundial, deu novo sentido de importância a essas regiões na estrutura internacional do poder. Nos países em desenvolvimento, os contatos com os países mais avançados e o conhecimento dos diferentes níveis de vida entre ambos, abriram novos caminhos para o estabelecimento de uma nova ordem político-social, que passou a ser uma característica do período pós-guerra.

“As aspirações desses povos por uma vida melhor, de acordo com os padrões alcançados pelos Estados Unidos e por outras nações industrializadas, vieram identificar-se com um nacionalismo ardente e até fanático. Estão fazendo de seus governos os instrumentos pelos quais esperam alcançar a melhora de vida. Têm idéias grandiosas. Querem fundar novas indústrias em seus países, produzir todo o calçado de que necessita o seu povo, construir escolas em número suficiente para acomodar todas as crianças, melhorar os serviços médicos, eliminar o analfabetismo e expandir os meios de recreação. Numa palavra,

querem ser os senhores de seus destinos.” (DOZER, 1974, p. 577-578).

A partir do início da década de 1950, as forças de esquerda passaram a exercer um maior poder de pressão sobre os governos estabelecidos, com o objetivo de mudar o quadro político e social vigente.

“O aprofundamento das contradições sociais trazidas com a expansão do capitalismo industrial e a penetração aberta do imperialismo levaram a esquerda a uma revisão das teses desenvolvimentistas, passando a enfatizar as propostas nacionalistas e a necessidade de transformações sociais.” (SOARES, 1982, p. 42).

Essa nova realidade de instabilidade e confrontação ideológica obrigou os Países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos - que tinham na sua segurança territorial e domínio econômico regional, um fator de soberania nacional -, a estabelecerem as bases para uma maior e mais efetiva cooperação interamericana nos campos econômico e social.

O pós-guerra estava totalmente dominado pelas necessidades da reconstrução e recuperação das economias européias, assoladas pelo

conflito, e o colapso do colonialismo veio adicionar novas preocupações com relação ao problema do desenvolvimento econômico da América Latina.

A divisão ideológica e o aparecimento da “Guerra Fria”, com suas buscas de adeptos e aliados, onde, “*tanto os Estados Unidos como a União Soviética disputavam o controle e a influência em todos os cantos do planeta*” (BARROS, 1988, p. 5), reforçaram as exigências para a necessidade de novos mecanismos que fortalecessem a integração interamericana.

Em 1950, a renda média *per capita* na América Latina era inferior a 275 dólares anuais, contra dois mil dólares nos Estados Unidos e a mais alta renda *per capita* daquela área – a da Argentina – era de 496 dólares (DOZER, 1974 p. 578). A maioria dos habitantes da região vivia dentro de uma economia pré-capitalista e sua subsistência era provida por meio de trocas ou de transações em que a moeda quase nada valia. A inflação galopante elevava os preços dos artigos de primeira necessidade e dos gêneros alimentícios a níveis insuportáveis, agravando o estado de pobreza destes povos. Os latifúndios continuavam incapazes de produzir adequadamente, empurrando as populações rurais para as capitais e cidades mais prósperas, que sem condições de absorver a mão-de-obra

recém-chegada e desqualificada, passam a segregá-las nas favelas, quadro esse que acarreta uma instabilidade social crônica, como salienta SZULC (1967, p. 93).

“A falta de empregos para absorver os emigrantes, a tremenda crise de habitação e serviços correlatos e a inflação que em muitos lugares destruía o valor das magras rendas dessas populações urbanas – todos esses fatores criaram uma cultura de favela e acarretaram tremendas pressões sociais que se traduziam inevitavelmente em tendências políticas esquerdistas.”

O problema do desenvolvimento econômico/industrial da América Latina fez-se patente em meados da década de cinquenta. A conflagração beligerante na Europa não impôs aos países latino-americanos danos físicos; assim, sua capacidade produtiva experimentou aumento após a guerra quando quase todas as nações do bloco dispunham de reservas internacionais.

A alta de preços das importações depois do conflito tendeu a reduzir o poder de compra das nações latino-americanas, mas, por outro lado, o aumento da demanda por alimentos e matérias primas para a reconstrução da Europa, elevou os preços das exportações e,

conseqüentemente, o ingresso de divisas. O incremento nas atividades produtivas disponibilizou recursos para a formação de capitais, renda e consumo. Durante o período 1950-1955, as economias latino-americanas cresceram a uma taxa anual média de 4,8% (Relatório..., 1965, p. 56), mais alta do que qualquer outra região do mundo, exceção feita à Europa Ocidental, ao Japão e ao leste da Ásia. Esses benefícios, porém, não se traduziram em melhoria para sua população pobre. A elevação do índice populacional regional – média anual de 3,5% -, não foi acompanhada por um aumento proporcional na produção agrícola e industrial, em empregos e serviços, isto é, na melhoria das condições de vida.

“Na grande maioria dos casos, os investimentos de capital de pós-guerra se concentravam em setores especializados, como a siderurgia e a indústria automobilística, ou em áreas de barreira de inflação, tais como propriedade imobiliária e as construções urbanas. As economias eram assim construídas ou agrupadas sobre fundações rigorosamente estreitas, que não permitiam uma distribuição eqüitativa da riqueza e da renda nacional à população em geral.”
(SZULC, 1967, p. 93)

Ao final da década de cinquenta, a expansão econômica da América Latina entrou em um processo de estagnação. A elevação dos preços de exportação e a deterioração de relação de trocas, pela “Guerra Fria”, ocasionou o declínio do ritmo das poupanças e inversões, com redução do desenvolvimento econômico, fazendo aumentar as tensões sociais, pela escassez de investimentos nessas áreas. A erosão nas bases econômicas do seu desenvolvimento revelou a existência de estruturas sociais anacrônicas, que impediam o progresso material e apresentavam perigo constante à estabilidade regional (Relatório..., 1965, p. 56).

A falta de solução dos problemas seculares da América Latina, oferecida pelos países capitalistas desenvolvidos, levou algumas novas lideranças da região a se interessarem pelo modelo soviético, vendo neste último o método ideal para alcançar o progresso material sem capital e mesmo sem capitalismo. Para SILVERT (1967, p. 136), “*o aparecimento de Cuba como um país revolucionário socialista e marxista elevou os níveis conscientes e críticos de toda a escala dos interesses políticos internacionais.*” Esse fato, acrescido do episódio da crise dos foguetes¹, despertou uma verdadeira polarização de pontos de vista, quando a comunização de Cuba passou a ser interpretada como

uma ameaça à segurança regional, provocando uma reaproximação entre os Estados Unidos e as nações latino-americanas.

A situação no hemisfério esboçou um surto revolucionário, o que levou os principais líderes políticos americanos a declararem que todas as formas de organização social e econômica eram aceitáveis no hemisfério, desde que isto não implicasse em filiação ao bloco comunista.² Para o enfrentamento da questão, os Estados Unidos muniram-se de novas políticas em busca de segurança para a área, decretando o embargo econômico contra Cuba, tornando-o um elemento permanente da ação americana para esses fins. Para eles, era necessário inovar as antigas políticas. Ser um “bom vizinho”, muitas vezes, assemelhava-se mais a um fato negativo, do que a um positivo.

Foi dentro dessa perspectiva que Kennedy apresentou o Programa Aliança para o Progresso, destinado a fazer, em dez anos, pela América Latina, o que o Plano Marshall fizera pela Europa. O plano previa a alocação de recursos como auxílio externo, sendo que mais da metade seria de responsabilidade dos Estados Unidos e a contrapartida a cargo de organismos internacionais, países europeus e capital privado. Essa ajuda estava condicionada à estabilidade política das nações participantes da Aliança.

O Programa Aliança para o Progresso e as perspectivas de mudança social resultante de sua ação passaram a ser as novas armas dos Estados Unidos no trato das relações internacionais. Para os latino-americanos não passava de mais um programa unilateral de assistência.

Os esforços dos Estados Unidos facilitaram e guiaram o processo modernizador, abrandaram a ameaça comunista e reforçaram os postulados da sua política, que às vésperas da invasão cubana eram os seguintes (CARR, 1967, p. 188):

“-A ajuda econômica do processo de modernização é preferível aos pactos de ajuda mútua como um meio de combater o comunismo e conseguir apoio político qual numa guerra fria.

-Os Estados Unidos devem apresentar-se como uma sociedade livre que dá apoio a sociedades livres a fim de que se ajudem a si mesmos; só assim, podem eles apresentar-se como campeões de uma maneira de viver melhor do que a que tem por modelo o bloco soviético ou Cuba. Devem, portanto, providenciar para que essa ajuda se encaminhe para democracias progressistas.”

Dentro dessa concepção, os Estados Unidos firmaram unilateralmente os fundamentos da Aliança para o Progresso. Através desses fundamentos, eles tinham por meta apoiar a modernização econômica e expandir sua ação aos Estados democráticos alinhados com a política desenhada para a América Latina. Contudo, a opinião da grande maioria dos latino-americanos divergia do ponto de vista de Washington. Para estes, aos quais CARR (1967, p. 189) denomina de “pessimistas”, as formas democráticas são incompatíveis com o crescimento rápido. Segundo esse autor, *“isso é o que exige o nacionalismo econômico.”*

Na opinião de CARR (1967, p. 189), *“isso é uma visão pessimista dos latino-americanos que vêem as condições de comércio adversas para os produtores primários ‘periféricos’ em relação ao ‘centro industrial’ e encaram a Aliança para o Progresso como um pagamento que equivale a uma confissão de culpa de um país ‘avançado’ - o qual preenche com esmolas o vácuo que produz deixando de pagar preços justos pelas importações da América Latina.”* [...] esse pensamento reflete uma situação na qual os latino-americanos estão sempre prontos a eleger *“bodes-expiatórios”* externos, não levando em conta os princípios de auto-ajuda que servem de base à Aliança.”

A integração proposta pelos Estados Unidos atendia ao desejo de formar uma vontade política no plano internacional, o que não poderia acontecer sem a base do apoio interno em cada país. Este apoio se materializava mediante uma bem orientada “ajuda externa” aos países subdesenvolvidos, *“visando conservar integrada sua esfera de influência é que o desenvolvimento deste ou daquele país deve ser considerado como um meio para alcançar esse fim.”* (FURTADO, 1973, p. 36-37).

Por outro lado, toda essa tendência dos Estados Unidos em dar apoio aos países latino-americanos também foi vista criticamente como uma preocupação em salvar sua economia interna e a segurança do hemisfério. Para GALEANO (s.d., p. 246) *“a caridade internacional não existe; começa em casa, também para os Estados Unidos. A ajuda externa desempenha, em primeiro lugar, uma função interna: a economia norte-americana se ajuda a si mesma.”*

O jornal o Estado de São Paulo, de 24 de janeiro de 1963, estampava a entrevista de Roberto Campos, à época embaixador do governo Goulart, onde ele afirmava *“que a ajuda externa consistia em um programa para ampliar o mercado americano no estrangeiro, com o objetivo de absorver os excedentes norte-americanos a aliviar a super produção na indústria de exportação dos Estados Unidos.”*

Nessa perspectiva, a Aliança para o Progresso, o programa de ajuda externa mais conhecido na década de 60, foi criadora de novos negócios e fontes de trabalho para empresas privadas de 44 Estados norte-americanos (GALEANO, s.d., p. 246).

Essa tendência oriunda dos resultados da Aliança ganhou reforço no discurso do presidente Johnson, em 1960, quando afirmava que 90% da ajuda externa norte-americana se convertiam em compras nos Estados Unidos. No seu pronunciamento Johnson afirmou que intensificara pessoalmente e de forma direta esforços para incrementar esta porcentagem (GALEANO, s.d., p. 246).

Tanto o depoimento do Presidente Lindon Johnson, quanto o de Carlos Sanz Santamaria, Presidente do Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso, deixou claro que a ajuda à América Latina se tornara um ótimo negócio para a economia dos Estados Unidos (GALEANO, s.d., p. 246).

Quando a balança de pagamento americana no final da década de 50 começou a desequilibrar, a aquisição de empréstimos ficou condicionada à compra dos bens industriais norte-americanos, mesmo sendo mais caros que outros produtos semelhantes nos demais países. Esta prática veio consolidar-se através dos programas de ajuda que

previam uma política de financiamento, visando beneficiar suas indústrias, quando se efetivavam negociações com países latino-americanos.

Desta forma, os países latino-americanos ficavam “presos” aos Estados Unidos, no sentido de comercializarem exclusivamente com suas corporações, submetendo-se ao monopólio americano de determinados produtos e serviços que estavam muito acima do preço real. O Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o Eximbank, para liberarem seus financiamentos exigiam que não menos da metade dos embarques se realizasse em navios de bandeira americana, mais caros que qualquer outra bandeira, e que em alguns casos chegavam até ao dobro do valor praticado por outras empresas de navegação (GALEANO, s.d., p. 247). Normalmente, as mercadorias eram asseguradas por empresas norte-americanas, através de operações com bancos também americanos.

Além das imposições dos organismos financeiros para a obtenção de crédito em instituições americanas, as nações latino-americanas recebiam determinações comerciais para a compra de bens em empresas americanas, sendo obrigadas a transportar as mercadorias em navios de bandeira estadunidense. Tinham ainda que divulgar o Programa, através de publicidade, já que as verbas dos contratos eram oriundas da Aliança.

2. - O Contexto histórico e a penetração da Aliança para o Progresso no Brasil.

“Cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo”, essa era a máxima do presidente Juscelino Kubitschek, que buscou na industrialização a base para o progresso. Sua política nacional desenvolvimentista abria espaço à entrada do capital estrangeiro no país. Esse, inicialmente, veio da Europa, principalmente dos alemães, interessados em ampliar suas influências na América Latina, competindo com os americanos.

“Os americanos, como ele próprio reconheceu, não viram nem ouviram de bom grado o programa de metas, que visava promover, em 5 anos de Governo, 50 anos de progresso.” (BANDEIRA, 1973, p. 375).

Nem os capitalistas e nem o Governo de Washington estavam interessados no programa de industrialização do Governo Kubitschek. Esse reconhecimento veio a propósito da recusa da Ford e da General Motors em instalar fábricas no Brasil, alegando que não havia mercado para a indústria automobilística. Estava em jogo o monopólio econômico da América Latina pelos Estados Unidos.

Em sua viagem para participar da posse de Juscelino, o vice-presidente dos Estados Unidos Richard Nixon autorizou um empréstimo para a expansão da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, como um gesto de reaproximação. Entretanto, o relacionamento entre os dois governos foi de ambivalência.

As transformações na economia e na sociedade brasileira foram impulsionadas pela política desenvolvimentista de Juscelino, através da expansão do mercado interno, do crescimento das empresas e a aceleração da urbanização. Por outro lado, a concentração de indústrias nas grandes cidades, principalmente na região sudeste estimulava a migração rural, provocando seu crescimento desordenado, desigualdades sociais e intensificando as diferenças regionais. Sobre este ponto de vista Roberto Campos comenta:

“Optar pelo desenvolvimento implica a aceitação da idéia de que é mais importante maximizar o índice de desenvolvimento econômico do que corrigir desigualdades sociais. Se o ritmo de desenvolvimento for rápido, a desigualdade pode ser tolerada e controlada com o tempo. Se o ritmo de desenvolvimento caiu em decorrência de incentivos

inadequados, praticar a justiça distributiva transforma-se em participação na pobreza. Obviamente, isso não quer dizer que se deva deixar sem controle os instintos predatórios que ocasionalmente se acham presentes em certos setores capitalistas. Isso significa meramente, dentro do nosso estágio de evolução cultural, que a preservação deve ter prioridade sobre medidas que visem a sua redistribuição.” (DREIFUSS, 1981, p. 46).

Entretanto, o modelo desenvolvimentista brasileiro proporcionava uma combinação original entre o nacionalismo e o capital monopolista transnacional. O presidente Kubitschek contava com o apoio do Congresso através da aliança PSD/PTB, já que o seu programa de desenvolvimento era conduzido pelo Estado. A partir do momento em que o Executivo se envolvia com sua política de modernização, o Congresso impunha sua presença política através de uma ação conservadora em relação ao Executivo e o interesse industrializante que ele representava. O conservadorismo do Congresso representava as alianças clientelistas, as oligarquias rurais e os interesses tradicionais que

se incompatibilizavam com a articulação dos interesses industrializantes defendidos pelo governo Kubitschek.

Era no Congresso que se davam as denúncias das condições em que o capital estrangeiro entrava no país. Os interesses multinacionais precisavam criar diretrizes que viabilizassem sua consolidação econômica. Assim, Kubitschek buscou montar essa estrutura, o que veio a acontecer com a implantação do seu Plano de Metas, criando organismos de planejamento, consultoria, comissões de trabalhos e Grupos Executivos, formando uma “administração paralela” agindo simultaneamente com o Executivo tradicional e duplicando ou substituindo burocracias velhas e inúteis.

Segundo DREIFUSS (1981, p. 35), *“Essa administração paralela, composta de diretores de empresas privadas e empresários com qualificações profissionais, os chamados técnicos, e os oficiais militares, permitia que os interesses multinacionais e associados ignorassem os canais tradicionais de formulação de diretrizes políticas e os centros de tomada de decisão, contornando assim as estruturas de representação do regime populista.”*

Dessa forma, foram incorporadas políticas industriais que se utilizavam do capital local e multinacional.

Os novos interesses presentes na “administração paralela” barravam a interferência de personalidades populistas, encasteladas no Congresso, e a crítica pública da oposição dirigida às multinacionais e associados.

Com esse expediente, as agências que incorporavam a administração paralela, funcionavam como um suporte ideológico de uma “racionalidade técnica” e “perícia apolítica” que as distanciavam das rotineiras pressões políticas partidárias. Foi exatamente essa postura que permitiu à administração paralela manobrar ao seu bel prazer, o destino que seria dado à ajuda financeira e tecnológica proveniente dos diferentes grupos e corporações. Para o sucesso deste esquema, a administração paralela necessitava da concordância do Executivo em relação à sua forma de funcionamento, significando dizer que os interesses multinacionais e associados assumiriam a direção do Estado, ocupando os principais cargos político-administrativos.

Com a elaboração do Plano de Metas, o Estado passou a ser “produtor direto de bens e serviços estratégicos para a infra-estrutura e *“tornando-se controlador indireto de substanciais mecanismos da política econômica.”* (DREIFUSS, 1981, p. 35).

No entanto, o Estado não conseguia direcionar a nova estrutura de produção, cedendo espaço ao capital transnacional que havia penetrado nos setores dinâmicos da economia, controlando assim o processo de expansão capitalista. O empresariado condenava a intervenção do Estado na economia, e no entanto, o que se via, era a aplicação dos recursos públicos sendo direcionada para atividades privadas. Percebe-se que não fazia parte da ideologia dos empresários nacionais um Estado onipresente, pois não admitiam interferência em seus negócios e ansiavam a posse privada dos meios de produção.

A política desenvolvimentista de provocava mudanças na divisão do trabalho, devido à expansão da classe trabalhadora industrial e o surgimento de diversas atividades terciárias e ainda uma nova categoria de assalariados. A idéia de um governo populista com características paternalistas colaborou com o mito de um Estado apartidário e benevolente, facilitando a ação das classes dominantes que pretendiam esconder as diferenças sócio-políticas dos regimes anteriores, bem como minimizar o aparecimento de novas organizações autônomas das classes trabalhadoras.

Mesmo com as restrições que dificultavam as ações do Partido Comunista, ainda na ilegalidade, e o sindicalismo autônomo, a marcha

industrializante proposta pelo Governo Kubitschek aumentava a concentração de trabalhadores nos centros urbanos, transformando os adornos da política e da ideologia do regime, instituindo o prenúncio de uma crise no populismo.

Essa dinamização da classe trabalhadora resultou na elevação de sua conscientização política que passou a questionar a supremacia da classe dominante sobre as subordinadas.

“Aquele deixaria assim de ser um simples instrumento de denominação de uma classe e passaria a mediar os interesses de todos os setores privilegiando as classes subalternas.” (SOARES, 1982, p. 93).

As Ligas Camponesas, desencadeadas no Nordeste, no final da década de cinquenta, buscavam organizar as massas trabalhadoras rurais, objetivando instituir os sindicatos que representassem a classe. Sobre elas comenta BASTOS (1985, p. 279):

“Graças a fragmentações internas, a pressões externas, representadas pelos interesses em jogo, que se consubstanciam em alianças políticas e à marginalidade a que fica reduzida, face às esquerdas, as Ligas entram em decadência. Nesse momento

percebemos claramente três orientações divergentes, no movimento camponês: de um lado, a luta pela sindicalização sob o controle do PCB; de outro, as Ligas atuando em faixa própria; e o aparecimento de um novo parceiro, a Igreja, dirigida à organização sindical.”

Nesse momento, medidas preventivas de segurança institucional foram tomadas por Kubitschek, que orientou a Escola Superior de Guerra a ficar atenta à possível ameaça subversiva de forças sociais, que foram desencadeadas em decorrência do processo de modernização.

Na década de sessenta, as classes conservadoras, com sua forma de domínio, foram enfrentadas por forças sociais forjadas durante o período em discussão. Forças essas representadas pelos interesses multinacionais e associados e as classes trabalhadoras industriais, que, embora opostas, realizavam a mesma tarefa: desmistificar a imagem de um Estado neutro, imagem essa construída no governo de Juscelino Kubitschek.

Essas novas forças sociais buscavam sustentáculos, visando a salvaguardar seus interesses. Recebiam apoio da Escola Superior de Guerra, que possuía idéias semelhantes aos interesses multinacionais. Já

as classes trabalhadoras industriais lutavam contra esses interesses, fazendo do Congresso uma plataforma para expressar suas idéias.

Diante da forte oposição vivenciada pelos interesses multinacionais no Congresso, fazia-se imprescindível obter o controle político da administração do Estado. E isso só foi parcialmente conquistado com a ascensão de Jânio Quadros ao poder. Porém, com a sua renúncia, João Goulart assumiu o poder, liderando um bloco nacional-reformista, contrariando os interesses multinacionais que arquitetavam novo arranjo político para defender seus interesses, que se encontravam obstaculizados. Participavam desse arranjo as classes dominantes, incluindo a chamada burguesia nacional.

O período histórico anteriormente focado deixou margem a conjecturas sobre a aceitação do capital estrangeiro pelos seus respectivos governos, o que, de certo modo, favoreceu a penetração da Aliança para o Progresso no Brasil. A situação em que se encontrava o Nordeste brasileiro, carente de atenção, um grave quadro de desigualdade em relação ao Sudeste e, ainda, vivendo as conseqüências da seca de 58, desenhava um cenário típico para o desenvolvimento do Programa da Aliança.

Segundo discurso do próprio embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon (GORDON, 1962, p. 3): “*A Aliança para o Progresso salienta o duplo objetivo do desenvolvimento econômico e do progresso social. Estes objetivos são irmãos siameses*”. [...] “*O conceito da Aliança para o Progresso não permite a existência continuada de grandes massas de ‘homens esquecidos’.*” Porém, por trás desse objetivo, aparentemente cheio de boas intenções, os Estados Unidos queriam conter os avanços das idéias subversivas no Nordeste. Sendo uma das áreas mais afetadas com as secas, o Nordeste sempre ocupou as principais páginas dos jornais nacionais. Essa repercussão foi o fator que motivou o Estado brasileiro a intervir na região elaborando uma série de investimentos públicos.

Apesar dessa intervenção, os resultados não apresentavam uma melhoria nas condições de vida dos nordestinos assolados pelas secas. O que havia era um jogo de poder encampado por instituições inoperantes que só serviam para clientelismo político. Sobre isso FURTADO (1985, p. 22) observa:

“...o extraordinário esforço realizado pelo Governo Federal nos últimos cinquenta anos para fazer frente ao problema das secas foi desviado de um autêntico

objetivo social para transformar-se em instrumento de consolidação dos latifúndios de pecuária, ameaçados em suas próprias bases pelas grandes calamidades sociais em que se haviam transformado as secas. Nenhum esforço foi conseqüentemente desenvolvido para capacitar a imensa massa de trabalhadores, que vivera em parceria, para enfrentar a seca.”

Somente após a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – em 1959, durante o Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), surgiu uma nova política para o enfrentamento da seca. Nesse momento o fator “natural” não era a questão prioritária a ser solucionada: o não desenvolvimento da região era o problema. Portanto, tornou-se finalidade precípua da SUDENE promover o desenvolvimento da região através da industrialização.

Falando sobre a intervenção do Governo Federal na criação da SUDENE, CARVALHO (1988, p. 227) observa:

“Para tanto, o Estado agirá, mais uma vez, como mediador. Só que desta vez o fará de forma planejada, organizada, por uma instituição nova e moderna, a

SUDENE – criada no final de 1959 – sem os vícios da maioria das instituições federais e estaduais existentes. Dessas, a SUDENE diferia, ainda, de forma particular, por sua capacidade de não se deixar capturar pelas oligarquias dominantes, pelo menos nessa fase (1959 a 1964). Assim, no que toca ao semi-árido, a seca não será mais colocada na qualidade de carro-chefe dos problemas dessa zona ou como fonte básica de atraso da região nordestina como um todo.”

Compreender a industrialização como a solução para todos os problemas do país acarreta uma visão dualista da sociedade, ou seja, cria duas vertentes: áreas urbano-industriais, promotoras do desenvolvimento, e áreas rurais, responsáveis pelo “atraso”. A esse respeito ALBUQUERQUE (1994, p. 241) diz o seguinte:

“à medida que a industrialização passa a ser vista como a via libertadora do país, as áreas agrícolas passam a ser tomadas como entraves a essa libertação. (...) A visão dualista do processo histórico da sociedade e da economia brasileira ganha corpo. É como se o campo tivesse em relação à cidade e o

Nordeste, em relação ao sul, uma capacidade diferencial de criar respostas adequadas ao desenvolvimento.”

Para que o Nordeste fosse beneficiado com a industrialização, como uma solução para os problemas das desigualdades regionais, era necessário todo um esforço de planejamento técnico e racional objetivando dotar a região de uma infra-estrutura condizente com essa industrialização desejada.

Em conformidade com essa conjuntura econômica, registrou-se, no final da década de 1950, uma crise política no Nordeste: a crise da hegemonia política oligárquica, muito bem representada pelas eleições de 1958. Segundo COHN (1978, p. 92), as eleições desse ano “*já refletem de modo marcante, no nível político, as mudanças ocorridas no nível sócio-econômico regional. No nível regional representam a queda da oligarquia agrária que até então detinha inquestionavelmente o poder.*”

Paralela a essa crise política surgiu o crescimento das forças populares, originário dos conflitos sociais que se desenvolviam no período. A SUDENE foi a resposta do Governo para minimizar os saldos

negativos dessa situação. As questões sociais do Nordeste passaram a fazer parte dos programas do Governo brasileiro.

O aparecimento das ligas camponesas, proveniente da luta pela terra e pela reforma agrária, veio somar-se aos problemas já existentes no Nordeste. Lideradas por Francisco Julião, foram criadas no final da década de 50. Elas concentravam-se principalmente em Pernambuco, apesar de existirem também na Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia e Piauí. Tinham o apoio de líderes da igreja evangélica, especialmente as batistas e pentecostais.

Além do grande envolvimento dos evangélicos com a luta pela terra, os católicos eram também favoráveis à reforma agrária, estimulando e apoiando a criação de sindicatos rurais. Outra preocupação do clero era com o crescimento do protestantismo e da ameaça comunista no meio rural. A vitória da revolução cubana em 1959 era sempre tomada como exemplo da infiltração comunista e que essa poderia ser exportada para o Brasil, através do Nordeste. Desta forma, a Igreja católica conquistava mais espaço no meio rural e ao mesmo tempo continha o perigo comunista.

Percebe-se, então, que as Igrejas católica e protestante configuram-se nesse período como fator de mobilização e organização do trabalhador rural no Nordeste.

À medida que crescia o movimento camponês, cresciam também os conflitos sociais na área. A esse respeito observa CARVALHO (1987, p. 58):

“as tensões e conflitos no meio rural do Nordeste se intensificavam, inclusive pela forte e violenta reação dos proprietários e pela conjuntura nacional do início dos anos sessenta. A imagem tradicional de retirantes, vítimas das secas e da inclemência do campo, cedeu lugar às preocupações com um Nordeste transfigurado em um barril de pólvora, prestes a explodir na violência das tensões sociais.”

A situação político-social do Nordeste brasileiro e a ascensão dos movimentos populares, que aparentemente recebiam orientação nacionalista e nutriam um sentimento antiamericano, faziam parte de um contexto internacional maior, o da Guerra Fria. Daí, por certo, decorreu a necessidade de interferência dos Estados Unidos no Nordeste, corporificada, principalmente, pela instalação de programas de ajuda financeira – a exemplo da Aliança para o Progresso – que buscava

impulsionar o desenvolvimento econômico da região. Por trás dessa ajuda estavam os americanos imbuídos do propósito de conter os avanços das idéias “subversivas” no Nordeste brasileiro.

Notas do Capítulo I

01. – Fidel Castro, ditador de Cuba e aliado do regime soviético, permitiu a instalação de mísseis em seu território, desagradando ao governo americano, que via nessa atitude uma ameaça à sua soberania regional. Em resposta, o então presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, autorizou a movimentação de tropas para a região, forçando a União Soviética a retroceder em seu intento de fazer de Cuba uma base militar para a sua expansão política na América Latina.
02. – A preocupação maior com a América Latina dizia respeito ao seu desenvolvimento. Contudo, a situação de Cuba colocava a região em estado de alerta quanto à sua segurança. Aos Estados Unidos restava medidas para fazer cessar as insistentes tentativas do ditador cubano em subverter outros regimes políticos. SILVERT (1967, p. 142).

CAPITULO II

CAPITULO II

Aliança para o Progresso

A Reconstrução Econômica da América Latina ?

1. Bases institucionais. Objetivos e metas

O advento da Aliança para o Progresso vem na esteira da mentalidade desenvolvimentista existente na América Latina do início da década de 1950, com a atuação da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL e dos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek no Brasil. Sobre os alicerces da Operação Pan-Americana,¹ a Aliança para o Progresso teve como instrumento básico a Carta de Punta Del Este, firmada em 17 de agosto de 1961. De acordo com o documento oficial, a Aliança para o Progresso tinha como objetivo macro: *“unir todas as energias dos povos e Governos das Repúblicas americanas, a fim de desenvolver um magno esforço cooperativo que acelere o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos participantes, para que consigam alcançar o máximo grau de bem estar*

com iguais oportunidades para todos, em sociedades democráticas adaptadas aos seus próprios desejos e necessidades.”²

Segundo GORDON (1962, p. 2), a Aliança para o Progresso precisava ser um esforço cooperativo, *no qual sem a devoção entusiástica dos talentos, das energias e recursos da América Latina para seus propósitos, nenhum resultado duradouro poderia ser atingido.”*

A Aliança precisava da ajuda das instituições interamericanas, das agências internacionais e dos países industrializados. Era um esforço multilateral de âmbito nacional e internacional e seu funcionamento era regido por organizações norte-americanas e brasileiras, que tinham ao seu cargo responsabilidades diretivas e operacionais estabelecidas pela Aliança para o Progresso e compreendia:

- a Organização dos Estados Americanos (OEA);
- o Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), que tinha como função acompanhar a marcha da Aliança, rever e sancionar as medidas emanadas do CIAP;
- o Comitê Interamericano da Carta de Aliança para o Progresso (CIAP), que coordenava e promovia os programas da Aliança;

- e o comitê dos nove, que avaliava os planos nacionais de desenvolvimento econômico e social.

Além da OEA, faziam parte dos instrumentos internacionais o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que operava na área financeira e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

Na América Latina existiam três outras entidades sub-regionais com responsabilidades específicas: a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC), a Secretaria do Tratado Geral de Integração Econômica (DCIE) e o Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE).

Também as Nações Unidas e seus organismos especializados⁴ participavam da base institucional da Aliança. Do lado norte-americano, boa parte dos recursos coube à Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID), cuja criação resultou da fusão do Fundo de Empréstimo de Desenvolvimento com a Administração da Cooperação Internacional. O Eximbank, o Tesouro Norte-Americano, “Alimentos para a Paz” e os “Voluntários para a Paz” prestaram também assistência à Aliança para o Progresso.

No tocante ao Brasil, para coordenar os pedidos de doações em cruzeiros (FUNDO DO TRIGO),⁵ o governo criou em agosto de 1961 a

CEAPA – Comissão Especial para os Acordos sobre Produtos Agrícolas, ligada ao Ministério da Fazenda. Em março de 1962, por acordo entre o Ministério da Fazenda e a AID no Brasil, foram aprovadas as normas de concessão dessas doações. Em abril de 1962, o Acordo de Cooperação Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento do Nordeste designou a SUDENE como órgão brasileiro de coordenação e aplicação no Nordeste de empréstimos ou doações, em dólares ou cruzeiros.

Simultaneamente, o programa de cooperação técnica dos Estados Unidos para o Brasil ficou a cargo do Programa de Assistência Técnica – Ponto IV. Este programa prestava colaboração à COCAP – Comissão criada para coordenar de modo integral e amplo a ajuda econômica para a Aliança.

Assim, competia à Comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso – COCAP – analisar os programas e projetos de investimentos, elaborados por órgãos federais, estaduais e municipais, ou por entidades privadas que necessitassem de auxílio externo no quadro da Aliança, encaminhando aos órgãos financiadores internacionais aqueles que merecessem a sua aprovação.

As metas para garantir o alcance dos objetivos da Aliança foram estabelecidas na Carta de Punta Del Este (anexo 1), sob as seguintes condições:

- o aumento da renda *per capita* dos povos da América Latina;
- a distribuição equitativa da renda nacional;
- a estabilização de preços dos produtos básicos;
- a intensificação da industrialização;
- o aumento da produtividade e produção agrícola;
- a eliminação do analfabetismo;
- a redução da mortalidade infantil.

Significava dizer que, para os países receberem os recursos da Aliança para o Progresso, tinham de comprometer-se a aplicá-los nessas metas que representavam o cerne dos objetivos emanados da Carta de Punta Del Este.

Metas de tão longo alcance quanto essas estabelecidas na Carta de Punta Del Este exigiam um volume de investimentos externos gigantescos. Para tanto, o Programa disponibilizou US\$ 20 bilhões, pelo prazo de 10 anos, para serem aplicados prioritariamente nos países de menor desenvolvimento relativo. Metade desses recursos estavam

previstos para serem provenientes de capital público norte-americano e o restante viria de outras fontes de nações ocidentais (GORDON, 1962, p. 31).

A aplicação desses recursos tinha que ser realizada mediante a elaboração de programas e projetos tecnicamente planejados e aprovados, acompanhada do compromisso dos governos de realizarem as reformas sociais indispensáveis, principalmente as reformas agrária, tributária e educacional.

Cada governo latino-americano estava autorizado a elaborar seus próprios projetos de desenvolvimento nacional e cada nação tinha a liberdade de determinar suas prioridades nos investimentos públicos e seus métodos de organizar a esfera pública, de formar estruturas sadias e sistemas de incentivos para a consecução de seus objetivos. Os programas nacionais tinham que estar respaldados em programas setoriais minuciosos e sólidos projetos específicos de engenharia, com estimativa de custos e benefícios. Eram essas as exigências estabelecidas na Carta de Punta Del Este para o recebimento e aplicação dos recursos da Aliança.

2. – Ações econômicas da Aliança na América Latina

A partir de 1964, com a criação e funcionamento do Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP), as nações latino-americanas passaram efetivamente a exercer o papel que lhes cabia no programa, dando à Aliança uma feição verdadeiramente multilateral. No mesmo ano o CIAP aprovou o Programa de Ação Econômica para o Brasil, que contou com a cooperação da AID, FMI, Banco Mundial e BID. Foram firmados esquemas de financiamentos públicos e garantida a participação de capitais privados estrangeiros em condições equânimes, que permitiram o equilíbrio da balança de pagamentos com a obtenção de créditos públicos e privados de mais de um bilhão de dólares.

Até então o Brasil havia recebido cerca de US\$ 730 milhões sendo US\$ 238 milhões para o pagamento de dívidas em atraso. Os créditos restantes representavam recursos do Fundo do Trigo, Assistência Técnica, Alimentos para a Paz e destinados a investimentos diretos para infra-estrutura e indústria, os quais foram de apenas US\$ 54,1 milhões (Relatório..., 1965, p. 129).

Até final de 1963 não havia a menor possibilidade do programa da Aliança obter êxito. Nas condições caóticas da inflação reinante,

perdeu-se a noção de investimento e programação. Desapareceram projetos pela autofagia dos custos e relutância dos investidores, enquanto que nos setores públicos investimentos infra-estruturais, a confusão e a instabilidade administrativa encarregaram-se de desatualizar as programações existentes (Relatório..., 1965, p. 129).

Segundo BANDEIRA (1973, p. 432), o próprio governo dos Estados Unidos reconheceu publicamente sua profunda preocupação com o ritmo inflacionário do Brasil. Nas palavras de Kennedy, *“o Brasil deve tomar providências, pois não há nada que os Estados Unidos possam fazer para beneficiar o povo brasileiro, enquanto a situação fiscal e monetária for tão instável.”*

Assim, no final de 64, houve um esforço conjunto do Governo brasileiro e dos investidores no sentido de reorganizarem e estimularem a elaboração de projetos, para reverter o triste quadro que tomava conta do País. O resultado desse esforço foi reconhecido pelos organismos internacionais e a ajuda chegou através da cooperação econômico-financeira da Aliança para o Progresso ao Brasil, ultrapassando o total de US\$ 1 bilhão. Os empréstimos eram feitos em longo prazo, com trinta anos para amortização com carência de dez anos. Estes recursos, com período de carência adequado, permitiam constante criação de riqueza e

acúmulo de bens de capital. Essas condições de empréstimo afastaram o Brasil dos financiamentos externos que exigiam pagamento em curto prazo que, pelos seus aspectos de interesse comercial imediato, eram adversas ao País e o levaram à situação de quase moratória (Relatório..., 1965, p. 129).

Os dois últimos empréstimos – programa da AID, no valor de US\$ 200 milhões, geraram recursos de contrapartida, em cruzeiro, de mais de CR\$ 360 milhões, efetivamente entregues aos diferentes mutuários brasileiros. (anexos: tabelas VII e VIII).

A Aliança financiou grandes empreendimentos de infra-estrutura, desenvolvimento industrial e agrícola, sob a responsabilidade direta do Governo brasileiro. Esses empreendimentos possibilitaram a importação de bens e equipamentos, necessários ao crescimento econômico do país.

Os empréstimos - programas eram utilizados para o financiamento das importações procedentes dos Estados Unidos e para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. Eram realizados mediante convênios governamentais, a juros de 2,5% e 1%, respectivamente, durante as amortizações semestrais e o prazo de carência (Relatório..., 1965, p. 132). Os recursos em dólares eram utilizados no financiamento para aquisições de bens e serviços. Na

vigência da Aliança totalizaram US\$ 300 milhões e foram assinados com o Banco do Brasil S.A. em novembro de 1961 (US\$ 74,5 milhões); em abril de 1963 (US\$ 25,5 milhões); em junho de 1964 (US\$ 50 milhões); e, como agente do Governo, em dezembro de 1964 (US\$ 150 milhões) (Relatório..., 1965, p.133).

O empréstimo – programa firmado em abril de 1963, no valor de US\$ de 25,5 milhões ou seja CR\$ 15,8 bilhões ao câmbio da época, determinou a constituição de um Fundo de Desenvolvimento Industrial e a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), do Banco do Brasil S.A.. Os recursos do fundo destinavam-se à aplicação em reforma ou instalação inicial de indústrias consideradas de interesse para o desenvolvimento econômico, beneficiando de preferência, as pequenas e médias empresas. O Governo brasileiro estabeleceu a soma de CR\$ 1.200 milhões (faturamento) para definir “pequenas e médias indústrias” priorizando as regiões menos desenvolvidas. A CREAI, para facilitar a execução do programa, estipulava dispensa de projetos aos pedidos inferiores a CR\$ 100 milhões. Os prazos máximos foram de 10 anos, prevendo-se o refinanciamento. Em 1964, a CREAI havia comprometido, em operações realizadas, a importância global de CR\$ 15,8 bilhões, sendo que São Paulo e Rio Grande do Sul receberam cada

um, CR\$ 2,8 bilhões. Minas Gerais, Santa Catarina e Ceará, receberam CR\$ 1 bilhão cada. Para todos os Estados do Nordeste juntos, com exceção do Ceará, foram destinados 3 bilhões de cruzeiros do Fundo de Desenvolvimento Industrial (Relatório, 1965, p. 133-134).

Em 1964, foi concedido o terceiro empréstimo - programa, que permitiu financiar novos investimentos em moeda nacional, totalizando cerca de 62 bilhões de cruzeiros. O referido montante destinou-se ao repasse à coordenação Nacional do Crédito Rural, para atender à expansão da produção agrícola, ao Plano Nacional de Habitação, para a construção de moradias populares que proporcionou um grande impacto na retomada de ritmo de construção. Foi utilizada, também, a concessão, por intermédio da CREAÍ (Banco do Brasil), O capital de giro das empresas de porte médio e pequeno, foi também beneficiado com o crédito da CREAÍ, sob supervisão do Fundo Nacional de Democratização do Capital das Empresas (Relatório..., 1965, p. 133).

Todos estes empréstimos foram contratados no Brasil, diretamente com mutuários, mas sempre com a aprovação prévia do Ministro de Planejamento, por intermédio da COCAP. O exame e aprovação dos projetos eram feitos mediante estudos dos méritos técnicos, rentabilidade e caráter prioritário, ouvidos os órgãos

competentes da administração pública brasileira. Recebendo sanção do Governo brasileiro, os projetos eram encaminhados às agências financiadoras estrangeiras componentes da Aliança. A AID participava diretamente da análise técnico-financeira dos projetos, remetendo-os posteriormente à aprovação final de Washington.

Em relação ao Nordeste, a SUDENE aplicou os recursos da aliança (AID) por meios de contratos de empréstimo, funcionando como intermediária nas negociações.

A cooperação financeira prestada pelo programa da Aliança ao Brasil processava-se através de concessão de empréstimos compensatórios de balanço de pagamentos, de estabilização cambial e reescalonamento de créditos concedidos pelo Eximbank e Tesouro norte-americano.

A cooperação técnica processava-se através de solicitações expressas de Ministros e Governadores de Estados, ou de Diretores de serviços federais ou estaduais, credenciados por aqueles altos titulares, e, especialmente, de entidades privadas que prestavam serviços de interesse público.

Os programas apresentados eram analisados pelo Escritório do Governo Brasileiro para Coordenação do Programa de Assistência

Técnica – (Ponto IV)⁵ através de assessores brasileiros especializados e de conversões de técnicos do correspondente escritório norte-americano, sediado no Rio de Janeiro. Constatada a viabilidade da concessão da ajuda solicitada, passava-se às negociações entre os técnicos dos dois Estados, escritórios e repartições, serviços ou escolas beneficiárias que, juntos, elaboravam o projeto de assistência técnica e o instrumento de acordos a ser assinados pelos representantes dos dois governos. Com o objetivo de se estabelecer uma sistemática para a obtenção e alocação de recursos externos destinados aos diferentes programas e projetos de assistência técnica, criou-se no Ministério do Planejamento o Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP), em outubro de 1965.

O Conselho era responsável pela administração de conta especial no Banco Central da República, com recursos provenientes de doação ou empréstimos da Aliança para o Progresso, postos à sua disposição pela AID-BID e outras agências internacionais de cooperação técnica, e de outros meios fornecidos por instituições nacionais. O referido órgão era composto por representantes da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE; do Escritório do Governo Brasileiro para a Coordenação do Programa de Assistência Técnica (Ponto IV) e da

Comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso – COCAP – cabendo sua presidência ao Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica.

A assistência técnica traduzia-se, na sua maior extensão, em capacitação de pessoal. Nesse universo três possibilidades se destacavam: a realizada no país e no próprio trabalho, a efetivada no estrangeiro e a levada a efeito em cursos regulares ou especiais nas escolas brasileiras, de longa ou curta duração. Muitas vezes, a capacitação no estrangeiro era apenas uma complementação dos outros dois.

Os projetos de assistência técnica direta a serviços públicos brasileiros, destinados à sua expansão ou aprimoramento, ou à implantação de novos serviços, concentravam-se nas áreas da agricultura, saúde, administração e recursos naturais. A colaboração dos técnicos e consultores norte-americanos era sempre temporária. Ao fim de um tempo relativamente curto, os técnicos brasileiros assimilavam o que de novo foi trazido ao país. Tais projetos consideravam também a participação de técnicos brasileiros em curso de especialização em escolas e serviços norte-americanos, a doação de livros e publicações e,

algumas vezes, a doação de equipamentos e aparelhos de pesquisas tecnológicas.

Destacava-se, entre os planos de assistência técnica, o da cooperação de universidades norte-americanas com uma universidade ou escola brasileira, compreendendo manutenção durante alguns anos de uma missão de professores em escolas brasileiras; o envio, durante anos seguidos, de professores universitários brasileiros para estagiar ou estudar nas universidades norte-americanas; a orientação e a ajuda financeira da AID na aquisição de livros e organização da biblioteca em universidade brasileira e seu funcionamento adequado à tradução de livros e a produção de apostilas, publicações e material didático em geral e a organização de pesquisas.

O projeto de cooperação direta entre universidades norte-americanas e universidades e escolas brasileiras visava à implantação de novos tipos de cursos regulares ou o aprimoramento dos já existentes, o aparelhamento dos departamentos de física, química e biologia e, sobretudo, a manutenção de curso de pós-graduação.

No total, foram investidos pelo Governo dos Estados Unidos, nos programas de assistência técnica ao Brasil, a partir de 1942 até 30 de junho de 1965 – término do último exercício financeiro norte-americano

– a importância total de US\$ 113 milhões, dos quais US\$ 70 milhões após o lançamento da Aliança para o Progresso (Relatório..., 1965, p. 141).

Dentro da estrutura do Programa da Aliança havia programas de cunho assistencial, destacando-se o “Voluntários da Paz” (Peace Corps), criado em 1961, e “Alimentos para a paz”. Apesar da negociação ter sido efetivada em 61, somente em março de 62 desembarcou no Brasil o primeiro grupo composto de 25 voluntários. Até o ano de 1965, cerca de 1.518 voluntários haviam entrado no país, estabelecendo-se em diferentes regiões, desenvolvendo trabalho comunitário urbano e rural, colaborando com serviços de saúde pública, ensino rural primário, ensino universitário, extensão agrícola 4S⁶, clubes agrícolas, merenda escolar e eletrificação rural. Cada voluntário passava dois anos no Brasil. Para manter contato com as autoridades estaduais, os “Voluntários da Paz” mantinham escritórios em 11 capitais e no Distrito Federal, sendo o escritório central no Rio de Janeiro.

O Programa “Alimentos para a Paz” (Foods for Peace) visava, originalmente, a prover alimentos norte-americanos para situações emergenciais como a seca no Nordeste em 1962. Durante este período, foram enviadas 20 mil toneladas de alimentos. Este Programa estava baseado na auto-ajuda, ou seja, o governo americano enviava os

alimentos e tinha como meta ensinar ao homem a sobreviver do seu próprio esforço. Os “Alimentos para a Paz” eram distribuídos por organizações sem finalidades lucrativas, previamente, registradas em Washington. Essas organizações não se limitavam simplesmente a entregar os alimentos, mas certificavam-se também se os gêneros chegavam ao destino pré-estabelecido. O programa procurava incentivar o desenvolvimento da comunidade e amenizar as privações e garantir melhores dias para os comprometidos com o princípio de auto-ajuda.

O Programa tinha como propósito suplementar e estimular a produção local de gêneros alimentícios, mas não substituí-la em bases permanentes. Não compreendia só a entrega de gêneros, mas permitia a venda de excedentes para o financiamento de empreendimentos agrícolas em comunidades carentes. A ajuda podia chegar em forma de milho, fubá, leite em pó, farinha de trigo, óleo vegetal, manteiga ou “bulgor”, uma espécie de trigo pré-cozido que servia para substituir o arroz como alimento básico.

Outro ramo interessante das atividades do Programa “Alimentos para a Paz” consistia no esquema “Frentes de Trabalho”. Nesse tipo de programa ofereciam-se empregos a trabalhadores nas áreas sob os

impactos dos cataclismos climáticos. Parte do pagamento era realizado na forma de entrega de gêneros alimentícios.

A Campanha Nacional de Merenda Escolar foi instituída em março de 1959. Sob os auspícios do Ministério da Educação, distribuía anualmente perto de 10.000 toneladas métricas de leite em pó, a 3 milhões e 500 mil crianças, em 24.000 escolas por todo o Brasil. Havia uma condição imposta pelos altos funcionários do Programa Alimentos para a Paz: que os gêneros fossem complementados com alimentos proporcionados por auto-ajuda local (Relatório..., 1965, p. 145).

A doação de alimentos era feita por organismos do Governo brasileiro (Campanha da Merenda Escolar, Campanha Nacional da Criança e SUDENE.) e associando-se ao programa, ainda, organizações particulares (Cáritas e a Confederação Evangélica) e agências internacionais.

O que vinha de fora, entretanto, destinava-se a suplementar os esforços latino-americanos e não a substituí-los. A estrutura geral da Aliança baseava-se no princípio de auto-ajuda complementada pela assistência externa.

3.- Críticas à Aliança para o Progresso

Embora a carta de Punta Del Este enfoque a Aliança para o Progresso como um programa de ajuda mútua entre os Estados Unidos e as nações democráticas Latino-Americanas, alguns estudiosos do assunto analisam a Aliança para o Progresso, como uma estratégia americana para arrefecer os surtos revolucionários de inspiração socialista que eclodiam na região e, conseqüentemente, garantir a sua hegemonia no hemisfério.

Vejamos o que dizem esses estudiosos sobre o tema:

Para BLACK (1977, p. 9-10), a criação do programa da Aliança para o Progresso não foi um generoso esforço cooperativo para acelerar o desenvolvimento econômico e social, visando a promover o bem estar e a prosperidade dos povos latino-americanos. Segundo ele:

“No início na década de 1960, os Estados Unidos passavam por uma transição na sua estratégia militar da guerra fria: da ênfase na massiva retaliação para uma outra na contra-insurreição. Essa mudança de ênfase, especialmente relacionada com a América Latina, foi feita para compensar o revés da Revolução

Cubana. Como conseqüência dessa revolução e da adesão do Governo Castrista ao Marxismo-Leninismo, a agitação social se tornou um problema de segurança de tal magnitude que requereu uma postura paternalista por parte dos Estados Unidos. Essa postura marcou fortemente a Aliança para o Progresso.”

Oficialmente a “Aliança” foi uma nova política criada pelos Estados Unidos, durante o governo do presidente Kennedy, com o objetivo de ajudar o desenvolvimento na América Latina com recursos americanos. Na prática, não passava de um processo de enfrentamento do “perigo” comunista no continente.

Para PAGE (1989, p. 11), a “Aliança” “visou primeiro a preservar a estrutura básica do “status quo” e apenas inicialmente procurou melhorar as condições na região por caminhos que não enfraquecessem a ordem estabelecida.”

Já para BANDEIRA (1978, p. 447), “as verbas da Aliança para o Progresso, a fim de pretensamente promover certa melhoria nos padrões de vida da população nordestina, constituíram apenas um dos

instrumentos com que o imperialismo norte-americano jogou para conter ou esmagar qualquer revolução.”

A respeito da liberdade de ação relativa ao uso dos recursos de programas de ajuda externa proveniente dos Estados Unidos, PARKER (1977, p. 117) assim se expressa:

“A ajuda bilateral tem geralmente uma finalidade política implícita, quando não aberta. Criou-se um padrão, a partir dos programas de ajuda dos Estados Unidos ao Brasil, durante a década dos sessenta, de negar assistência a quem se percebesse estar alinhado com a esquerda radical, ou com os comunistas, canalizando-a mais amiúde para os governadores e instituições que sobressaíssem como protetores de uma sociedade não-comunista. Essa norma sugeriu a algumas pessoas que os Estados Unidos exerciam uma influência indevida na direção dos negócios internos do Brasil.”

Toda essa estrutura e recursos previstos para a América Latina pelo programa da Aliança para o Progresso, nem sempre estiveram disponibilizados. A conveniência da liberação desses recursos,

principalmente para os governos que enfrentavam instabilidade social, pela ameaça da ascensão das forças progressistas, como no caso do Brasil no período anterior ao golpe de 1964, era ditada pelo governo americano.

“Os Estados Unidos se concentraram em programas de grande efeito visual, que obteriam apoio dos governadores e provariam que o governo democrático não-comunista atendia as necessidades do povo, na luta contra o comunismo.” (PARKER, 1977, p. 120).

Para PARKER (1977, p. 122), *“parece que a assistência para o desenvolvimento bem como a ajuda militar concedida pelos Estados Unidos tinha realmente motivos prioritários de segurança para criar e manter as alianças dos Estados Unidos e para erradicar o comunismo do hemisfério.”* Uma prova desta afirmação Parker encontrou no Relatório de 1962, do Congresso dos Estados Unidos sobre a Assistência Externa, que vinculava a justiça social e o desenvolvimento econômico a uma posição contra a subversão e a infiltração comunista.

KISSINGER (1969, p. 67), referindo-se às alianças políticas entre as nações, declara que *“por uma década e meia depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos identificaram segurança*

com aliança, coalizão. Uma rede mundial de relacionamento se expandiu baseada na proposição de que ameaça de agressão exigia o maior agrupamento possível de força.”

A Aliança para o Progresso, segundo A Carta de Punta Del Este, consistia em um real instrumento de ação e desenvolvimento. Sua história estava ligada aos acontecimentos políticos e sociais que movimentaram a América Latina nos anos 50 e 60. Lançada em 1961, em meio à crise cubana, a Aliança foi em seus primeiros anos muito criticada por grupos políticos contrários às ações norte-americanas e até mesmo pelos próprios burocratas do programa.

“Muitas adagas brilham sob a capa da assistência aos países pobres. Teodoro Moscoso, que fora Administrador Geral da Aliança para o Progresso, confessou: “...pode ocorrer que os Estados Unidos necessitem do voto de um determinado país na Organização das Nações Unidas, ou na OEA, e é possível que, então, o governo deste país – seguindo a consagrada tradição da fria diplomacia – peça um preço em troca. Em 1962, o delegado do Haiti, na conferência de Punta Del Este, trocou o seu voto por um aeroporto novo, e assim os Estados Unidos obtiveram

a maioria necessária para expulsar CUBA da Organização dos Estados Americanos.” (GALEANO, s.d., p. 249).

“Teodoro Moscoso disse aos seus auxiliares que não haverá celebrações no primeiro aniversário da Aliança no próximo mês, porque os resultados obtidos até agora não as justificam. Não haverá festa naquela ocasião. Tomando conhecimento das críticas à Aliança aqui e na América Latina, o Sr. Moscoso declarou que os obstáculos que o programa enfrenta são de tal modo difíceis que se tornam frustradores e quase intoleráveis.” (TORRES, 1963, p. 147).

Notas do Capítulo II

1. - Sobre a OPA, “JK aproveita o ensejo de lançar uma idéia nova, em carta a Eisenhower: o descontentamento manifesto durante a viagem de seu vice não seria uma consequência da miséria, atraso, subdesenvolvimento e, portanto, descontentamento das populações do continente? Não seria no caso de se pensar uma nova política norte-americana, em colaboração com os governos latino-americanos, para erradicar tais fatores de atraso? A carta tem acolhida mínima do poder da Casa Branca, que envia um subsecretário de Estado ao Brasil para explicar a JK que o problema que Nixon enfrentou foi um mero fruto da ação do comunismo internacional. Percebendo a pobreza de raciocínio, JK parte para sua grande jogada diplomática: a Operação Pan-Americana (OPA). No dia 20 de junho de 1958, os jornais e rádios passaram a estampar a idéia do presidente de uma cooperação multilateral dos países do continente e mesmo do restante do Hemisfério Ocidental, no sentido de erradicar o subdesenvolvimento. A Ousada projeção internacional de sua visão “desenvolvimentista” a OPA tentava envolver o sistema político central do imperialismo em uma luta pelo desenvolvimento efetivo das economias que lhe eram subordinadas.

A repercussão da proposta na América Latina causada pelo peso do Brasil e o prestígio granjeado pelo JK. Criou a necessidade de se mandar ao nosso país o próprio secretário de Estado John Foster Dulles; este veio explicar de novo a doutrina vigente da guerra fria,

segundo a qual os latino-americanos precisavam mesmo era de segurança policial- militar para combater a subversão comunista. Nos embates diplomáticos JK obteve algumas pequenas satisfações, mas no conjunto a OPA revelou-se inviável. Ver mais detalhe em MARANHÃO, Ricardo. O Governo Juscelino Kubitschek. São Paulo. Brasiliense, 1994. (Tudo é História, 14 pg. 94 a 96).

- 02.- Carta de Punta Del Este. Documentos oficiais emanados da reunião extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social no nível ministerial, realizado em Punta Del Este, Uruguai, de 5 a 17 de agosto de 1961. p. 10.
03. - O Fundo Monetário Internacional (FMI); o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); a Corporação Financeira Internacional (CFI); e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID). Num terceiro âmbito estavam: a Organização para o Desenvolvimento; a Cooperação Econômica (UDCE); a Comissão de Assistência para o Desenvolvimento (CAD); e a Comunidade Econômica Européia, cuja relação com a Aliança se processava por intermédio da OEA e do BID.
04. – Os acordos sobre produtos agrícolas são instrumentos através dos quais o governo dos Estados Unidos vem realizando, desde 1955, vendas de excedentes agrícolas ao Brasil com pagamentos em cruzeiros, depositados em conta no Banco do Brasil para financiamento de empréstimos (e doações) a empreendimentos que favoreçam o desenvolvimento sócio-econômico brasileiros. As condições de pagamento, em cruzeiro, são de 40 anos dos quais 10 anos de carência, cobrados juros de 0,75 a 1% durante o período de

carência e de 1 a 2,5% para as amortizações semestrais. Do montante resultante em cruzeiro, que compreende também financiamento de frete americano, são (a) reservados 22,5% para utilização, pela Embaixada estadunidense, em gastos daquele país no Brasil; (b) 20% para doações, de comum acordo entre a AID-COCAP; (c) 10% para firmas privadas brasileiras (5%) e norte-americanas (5%), por intermédio do BNDE; e (d) os restantes 47,5% para aplicação em projetos de infraestrutura, desenvolvimento agrícola e industrial. Relatório de Análise Ministerial da Aliança para o Progresso. CIAP, 1965, p. 131.

05. – Consciente da necessidade de uma demonstração dramática de interesse no destino dos países subdesenvolvidos, o Governo dos Estados Unidos, lançou, em janeiro de 1949, o programa de assistência técnica conhecido como o “Ponto Quatro”. Foi um brilhante motivo de considerável satisfação nas áreas subdesenvolvidas, inclusive a América Latina, onde o programa era visto como um passo preparatório para um esforço de investimentos. O risco (implícito) era que a assistência técnica aguça o apetite por capitais de investimento, aumentando a capacidade para usá-los e se viesse a faltar um programa de investimentos poderia daí resultar um desapontamento ainda maior. CAMPOS, Roberto. Apud TORRES, Ary Frederico. Aliança para o Progresso. In: Digesto Econômico nº 172, julho-agosto, 1963, Ano XX. p. 128.
06. – Os voluntários assistem ainda os agentes extensionistas agrícolas locais na supervisão do programa brasileiro de clubes rurais para a

juventude, conhecidos como clubes 4 S (saber, sentir, servir e saúde), iniciado em 1953, no estado de Minas Gerais, com o objetivo de fornecer educação para a juventude rural (entre 9 e 18 anos de idade) preparando-a a assumir suas futuras responsabilidades nas fazendas, nos lares e na liderança das comunidades. *Relatório de Análise Ministerial sobre a Aliança para o Progresso, 1965, p. 143*).

CAPITULO III
O Ceará e as “Alianças”
no
Governo do Cel. Virgílio Távora

CAPITULO III
O Ceará e as “Alianças”
no
Governo do Cel. Virgílio Távora

1. – Os bastidores da sucessão cearense de 1958

Logo após as eleições de 1954 – *a mais dura e a mais renhida batalha deitoral já havida no Ceará* (OLIVEIRA, 1986, p. 43)- que colocaram Paulo Sarasate (UDN), derrotando Armando Ribeiro Falcão (PSD), no governo do Estado do Ceará, as principais lideranças locais começaram a se articular visando à sucessão de Sarasate. A União Democrática Nacional – UDN – tinha no deputado Cel. Virgílio Távora o candidato ideal para concorrer ao pleito de 1958. Enquanto isto, o partido oposicionista - Partido Social Democrático – PSD, apresentou o também deputado federal José Martins Rodrigues, antigo professor da Faculdade de Direito do Ceará (LINHARES, 1996, p. 170).

Planejando arrematar para si o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, Virgílio Távora procurou o alinhamento de Flávio Marcílio (OLIVEIRA, 1986, p. 47), na época vice-governador do

Estado, pelo PTB. Formada a coligação UDN – PTB, o esquema ainda contou com a adesão do professor de Direito Olavo Oliveira, do Partido Social Progressista - PSP, na qualidade de candidato a uma vaga no Senado Federal, e da família Moreira da Rocha, sob a sigla do Partido Renovador – PR. Olavo Oliveira não logrou a reeleição (OLIVEIRA, 1986, p. 103).

Para referendar a coligação, o deputado Francisco de Almeida Monte (Chico Monte), poderoso “coronel do sertão”¹, chefe do PTB na zona norte do Estado do Ceará, e sogro do Senador Parsifal Barroso, então Ministro do Trabalho do Governo Juscelino, confirmou apoio ao seu futuro candidato Virgílio Távora e a toda coligação já estruturada em acordos anteriores.

Sabendo que suas chances haviam ficado minimizadas e não podendo contar com o apoio de Chico Monte, o candidato natural do PSD, José Martins Rodrigues, buscou sustentação política junto a João Goulart, Vice-Presidente da República e Presidente do PTB, no sentido de conseguir o comprometimento de Chico Monte e do Senador Carlos Jereissati à candidatura de Parsifal Barroso ao governo cearense pela coligação PSD – PTB. Parsifal teve sua candidatura ao governo do Ceará confirmada em 14 de janeiro de 1958, perante a presença de lideranças

políticas como: Expedito Machado, Martins Rodrigues e Waldemar Alcântara. Posteriormente, Carlos Jereissati, Aldenor Nunes Freire e Edgar Leite Ferreira foram a Sobral encontrar-se com o deputado Chico Monte e em seu sítio na serra da Meruoca, re-confirmaram, a candidatura do ministro Parsifal Barroso ao governo, ficando a vice e a senatoria para o PSD (LINHARES, 1996, p. 171).

Com a retirada do apoio de Chico Monte à coligação UDN – PTB, Virgílio Távora, em entrevista ao jornal Correio do Ceará, edição de 27 de janeiro de 1958, acusou Chico Monte de ter fugido à palavra dada e apresentou, ao público, cartas que estavam em seu poder nas quais o líder sobralense dizia que a decisão da executiva do PTB havia sido tomada à sua revelia.

Honrando a palavra, Flávio Marcílio como governador, formou uma dissidência no PTB e ao lado de Virgílio fez a campanha de 1958. Apesar das dificuldades geradas pela seca que assolava o Ceará, as “velhas raposas” pessedistas conseguiram tirar proveito da situação, manuseando as verbas levantadas pelos deputados e senadores no Congresso Nacional, que eram destinadas a socorrer os flagelados da seca, através do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS – na oportunidade sob a direção do PSD (LINHARES, 1996, p. 172).

Segundo LINHARES (1996, p. 172), Virgílio Távora indignado com a utilização de recursos públicos na campanha política, afirmou:

“Foi uma campanha tremenda. Orgia de recursos e uma terrível pressão do Governo Federal, então nas mãos do PSD e do PTB.”

Partindo de uma pessoa já acostumada com o ambiente político reinante no Ceará, esta observação de Virgílio Távora chega a ser inusitada, pois o uso de recursos públicos em campanha política era uma prática “useira e vezeira” (FALCÃO, 1989, p. 97).

A campanha da coligação PSD – PTB, provida de recursos e contando com a ascensão do trabalhismo nas camadas pobres da capital, deu vitória às oposições coligadas, levando Parsifal Barroso ao governo do Estado. Virgílio Távora foi derrotado nas urnas.

O governo Parsifal Barroso, a exemplo do panorama nacional, buscou orientar-se pela política empreendida pelos mandatários da nação, Juscelino Kubitschek e João Goulart. A época primava pelo desenvolvimento. A máxima: 50 anos em 5, de Kubitschek estimulava os contrapontos locais. Assim, Parsifal implementou melhoria na Educação e na Saúde, e buscou o progresso criando a primeira empresa de eletrificação do Ceará, hoje COELCE. Iniciou-se assim a era

desenvolvimentista no Ceará, coincidindo com a introdução do Programa da Aliança para o Progresso no Brasil.

Poucas foram as ações implementadas pelo governo Parsifal Barroso, através dos recursos da Aliança para o Progresso. O jornalista Paulo Lima Verde, funcionário à época do USIS (United States Information Service - espécie de secretaria do governo americano no mundo para divulgação dos feitos dos Estados Unidos), declarou que o governo Parsifal Barroso aproveitou quase nada do Programa, pois o auge do seu desenvolvimento havia acontecido durante o governo de Virgílio Távora.²

2. – A gestão do Coronel Virgílio Távora.

A partir de meados de 1961, tiveram início no Ceará as conversações para a sucessão de 1962. Transcorria ainda o Governo de Parsifal Barroso e os “mandarins” da política cearense movimentavam-se em torno das articulações partidárias para a escolha de nomes que lhes pudessem garantir a vitória.

A UDN, derrotada no pleito anterior, tinha para indicar dois nomes para concorrer ao Governo do Estado: Adahil Barreto, deputado federal, com trânsito nas esquerdas, e Edval de Melo Távora (OLIVEIRA, 1986, p. 252).

O PTB, agora sem Parsifal Barroso, que se desentendera com Carlos Jereissati por causa da exoneração de Brito Passos, titular da Secretaria de Agricultura e indicado por Jereissati (LINHARES, 1996, p. 208), foi procurado por Virgílio Távora coordenador da UDN no Estado, na tentativa de uma aproximação. Dessas conversações o PTB elaborou um protocolo de intenções reivindicando além das duas senadorias já negociadas com Virgílio, a vice-governança para o Partido Renovador – PR, com a indicação do senador Fausto Cabral (OLIVEIRA, 1986, p. 53). A UDN não concordou com as pretensões do PTB, reafirmando que para este estavam reservadas somente as duas vagas para o senado, nas pessoas de Carlos Jereissati pelo PTB e Olavo Oliveira pelo Partido Social Progressista – PSP.

Com as indicações para os cargos majoritários já definidas pela UDN – Adahil Barreto para governador e Edval Távora para vice – tudo indicava que a política no Ceará seguiria o mesmo comportamento das sucessões anteriores, com a prevalência da rivalidade entre os principais

partidos do Estado, UDN e PSD, ambos em busca de coligações. Apesar dessa aparente normalidade, o Ceará estava preste a vivenciar uma reviravolta política que iria modificar todo o seu cenário partidário.

A candidatura de Adahil Barreto não era bem aceita pelos próprios udenistas, que o identificavam com as esquerdas (OLIVEIRA, 1986, p. 253). Essa rejeição aumentou com a publicação do artigo do jornalista David Nasser, em *O Cruzeiro*³, que gozava de reputação nos meios políticos nacionais. Nasser, em seu artigo, identifica os políticos nordestinos ligados aos movimentos de esquerda, apontando no Ceará Adahil Barreto. O artigo repercutiu negativamente junto aos seus correligionários, aumentando ainda mais dentro do partido o índice de rejeição ao seu nome para o governo do Estado.

Por seu lado, Armando Falcão, ex-Ministro da Justiça de Juscelino e nome de prestígio na política cearense, alertava os conservadores do perigo de uma candidatura ligada aos esquerdistas e pregava a união das forças políticas aglutinadas nos partidos de direita, UDN, PSD, PTN (LINHARES, 1996, P. 208).

Em sua coluna diária “Política em três dimensões”, de 26 de maio de 1962, página 2, do Jornal O Povo, o jornalista Pádua Campos

escreveu sobre as perspectivas reinantes na capital cearense com relação à conjuntura nacional:

“O sr. Armando Falcão teria mandado dizer a amigos aqui em Fortaleza que a situação nacional é grave, aconselhando-os até a pararem com as despesas eleitorais. A versão pode não passar de boato, mas coincide com os telegramas que este jornal divulgou, ontem, sobre conspiratas. Num país na situação em que o Brasil se encontra, tudo pode ocorrer de um momento para o outro. Ponham todos as barbas de molho, notadamente os políticos.”

Em pronunciamento na Câmara dos Deputados, transcrito no Jornal *O Povo*, Adahil defendeu-se das acusações que lhe foram feitas pelo sr. David Nasser, deixando transparecer que a informação tinha sido veiculada pelo deputado Armando Falcão, seu inimigo político. Em aparte, o também deputado cearense Expedito Machado, do PSD, pediu ao sr. Adahil Barreto para não reconhecer na pessoa do sr. Armando Falcão o responsável pela implantação da notícia. O sr Adahil Barreto respondeu que não fez acusações sobre nomes.⁴

Contudo, em sua obra *Tudo a declarar* (FALCÃO, 1989, p. 226), o sr. Armando Falcão, relatando conversa com o deputado pela UDN, Paulo Sarasate, assim se expressa:

“Temos que agir e reagir com rapidez. Está-se constituindo no Nordeste um verdadeiro leque de candidaturas de esquerdistas. No Piauí, Clidenor Freitas; no Ceará, o Adahil Barreto; no Rio Grande do Norte, o Djalma Maranhão; em Pernambuco, o Miguel Arrais; em Sergipe; o Seixas Dória; na Bahia, o Waldir Pires.”

Com o alerta de Armando Falcão, o artigo do jornalista David Nasser, o momento histórico que propiciava o crescimento sindical e o fortalecimento das Ligas Camponesas que aterrorizavam os conservadores, que temiam ver o Nordeste dominado por políticos da esquerda, apressaram-se as negociações entre as principais forças políticas no sentido de formar uma aliança entre a UDN, o PSD e o PTN, para a apresentação de uma candidatura única para o Governo do Estado, que fosse confiável e, principalmente, que representasse a UDN.

No plano nacional, Tancredo Neves era conduzido ao cargo de Primeiro Ministro do Governo João Goulart, através de uma coalizão

entre todos os grandes partidos. Foi a ocasião para que no Ceará se abrisse a possibilidade da formação de uma coligação entre as forças majoritárias, visando à sucessão estadual.

Dos entendimentos travados entre as principais lideranças da UDN, PSD e PTN – este sendo já o partido do então Governador Parsifal Barroso, formou-se a coligação “União pelo Ceará”, que apontou como candidatos ao pleito 1962 os nomes do Cel. Virgílio Távora, para governador, e Joaquim de Figueiredo Correia, do PSD, para vice-governador. Para o Senado Federal, Wilson Gonçalves, do PSD, e Tancredo Halley de Alcântara, do PTN. Era a união dos arqui-rivais da política cearense, contra o inimigo comum, o comunismo.

A sugestão do nome do Cel. Virgílio Távora para disputar pela “União pelo Ceará” as eleições para o governo do Estado, foi do deputado Martins Rodrigues; segundo Armando Falcão, Virgílio *representava um nome de tradição, apesar de carregar nos ombros a marca negativa da derrota que sofrera na eleição de 1958* (FALCÃO, 1989, p. 229).

Para Armando Falcão, o movimento cívico, ideológico e eleitoral denominado União pelo Ceará começou a partir de uma troca de idéias entre ele e o ex-ministro da Guerra, marechal Odylio Denny, no início

de 1962. Em conversa acerca da política brasileira, o marechal, para acabar com a briga estéril entre as duas maiores forças políticas do país e preservar a democracia no Brasil, sugeriu a formação de um núcleo do centro, composto pelo PSD e UDN, agremiações de linhas políticas idênticas. Segundo o marechal, *a fragmentação das agremiações maiores possibilita e até estimula o crescimento dos partidos de esquerda, sobretudo, e dos grupos direitistas, igualmente* (FALCÃO, 1989, P. 226).

Refletindo o pensamento de uma corrente da Igreja Católica, o padre e deputado federal, aspirante à candidatura à Prefeitura de Sobral, José Palhano de Sabóia, em carta dirigida ao Arcebispo Metropolitano Dom Antônio de Almeida Lustosa, afirmou *que é preciso derrotar a candidatura vermelho-comunista do deputado Adahil Barreto, com ostensivo apoio de todas as correntes esquerdistas.*⁵

Sentindo-se traído, Adahil Barreto deixou as hostes da UDN, ingressando no Partido Democrata Cristão – PDC. Na oportunidade lançou um manifesto ao povo cearense, através do jornal *Correio do Ceará*, em sua edição de 30/07/1962, denunciando a “União pelo Ceará”, classificando o ato da preterição, *como um gesto de covardia e deslealdade e uma suposta acomodação de interesses políticos dos*

principais dirigentes da UDN, com as cúpulas do situacionismo Estadual, integrados nos quadros do PSD e PTN.

Com respeito ao motivo pelo qual sua candidatura fora rejeitada, Adahil afirmou:

“Sacrifica-se em nome das dificuldades de uma vice-governança os interesses e benefícios da aliança vivida pela UDN com as agremiações oposicionistas. E com isso, sem um aviso prévio, sem nenhum gesto de cortesia pessoal ou política. Sacrificava-se igualmente, com requintes de indiferença e deslealdade, o velho companheiro de tantos anos de luta e de convivência partidária. Essa vice-governança, de que o meu partido não quis abrir mão para antigos e bons aliados, é entregue agora aos nossos adversários, com rigoroso desprezo da cooperação que ontem nos prendera aos demais partidos da oposição.”⁶

Então a oposição, liderada pelos partidos PTB, PSP, PR, PST e PDC, uniram-se e formaram a Frente Democrática. A chapa era constituída por: Adahil Barreto, para governador, Fausto Cabral, vice-

governador, Carlos Jereissati e Olavo Oliveira, candidatos ao Senado Federal.

Para a prefeitura da Capital do Estado, a disputa foi bastante acirrada. Pela Frente Democrática dois candidatos concorreram ao pleito: Péricles Moreira da Rocha, pelo PR, e José de Moura Beleza, pelo PTB. A luta pelo mesmo eleitorado facilitou a candidatura do coronel Murílo Borges Moreira, da “União pelo Ceará”, que viria a ser eleito.

Uma luta renhida foi travada e o dinheiro, mais uma vez, prevaleceu. Muitos candidatos foram financiados, segundo se dizia naquela época, pelo IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática, vinculado aos interesses americanos. O candidato da União pelo Ceará para o governo do Estado, Cel. Virgílio Távora, foi eleito por grande maioria de votos. Segundo Armando Falcão, *no Ceará as esquerdas recebiam um golpe político frontal, mordendo o pé da derrota esmagadora* (FALCÃO, 1989, p. 230).

Em campanha, Virgílio procurou construir uma imagem de “harmonia e progresso”, para o seu governo, e apresentou pela primeira vez na história política do Estado um “Programa de Governo”, *preparado por uma equipe de técnicos eminentes daqui e de fora, dentro*

dos quais é-me grato assinalar os nomes dos economistas patrícios Hélio Beltrão e Aldo de Olivero.⁷

Derrotado, Adahil Barreto fez um discurso,⁸ denunciando o uso da máquina do Estado em benefício da coligação “União pelo Ceará”, o empenho do Governador Parsifal Barroso, através de visitas constantes ao interior do Estado, para pressionar os chefes políticos locais e os funcionários públicos estaduais, para não esmorecerem na ação contra a Frente Democrática.

Sobre a derrama de dinheiro, Adahil afirmou:

“Outro meio de ação largamente usado contra a candidatura popular foi suborno do dinheiro vindo de fora e daqui mesmo. Candidatos a vereadores e deputados foram chamados ao balcão do IBAD (Instituição meio secreta financiada Deus sabe como...), para receberem auxílios, na última semana da campanha, de 100.000,00 no primeiro caso e 500.000,00 no segundo. A recompensa pedida era a de apoiarem os candidatos da União e até, observem os leitores, a política no plano Federal do sr. Carlos de Lacerda. No dia das eleições, conforme depoimento do

jornal O Povo, quatrocentos carros estavam a serviço da “União pelo Ceará”, em Fortaleza. E, segundo se diz na cidade, abertamente, um candidato a deputado federal gastou, só no dia 7, a bagatela de cinco milhões de cruzeiros. Os cofres do Estado foram raspados, para que fossem pagas subvenções e as famosas “aguadas” deste e de outros exercícios.”⁹

Os Estados Unidos, através da Aliança para o Progresso estavam injetando muito dinheiro no Brasil. Os acordos assinados entre o governo cearense e a Aliança, trouxeram também muito dinheiro para o Ceará. A exemplo do que relatou Adahil em seu discurso, verbas estrangeiras financiaram a campanha política de Virgílio Távora ao governo do Estado. Certamente a vinda de Armando Falcão ao Ceará, à época da formação da coligação “União pelo Ceará”, tinha como missão “repartir” o dinheiro estrangeiro entre aqueles que apoiassem a manobra engendrada para desarticular a esquerda cearense e não alterar a composição de poder vigente.

Como assinalou Adahil, o caixa do governo ficou abalado e uma das primeiras providências tomadas por Virgílio Távora, foi viajar para os

Estados Unidos com o “*pires na mão*”, conforme notícia veiculada no jornal *O Povo*, de 29 de janeiro de 1963:

“Nos Estados Unidos dará continuidade aos entendimentos iniciados pelo Governador Parsifal Barroso junto à Aliança para o Progresso, objetivando conseguir financiamento para os planos de desenvolvimento básico do Ceará.”

Em resposta aos comentários contidos na carta do padre Palhano ao Arcebispo metropolitano, Adahil rebate:

“A estes fatores, junte-se um dos mais mesquinhos qual seja a exploração dos sentimentos religiosos de nossa gente, jogados, maldosamente, contra mim por meia dúzia de políticos inescrupulosos e por alguns padres políticos ou manejados por interesses políticos. Estes, num combate de endereço errado contra o comunismo, desviaram, de má fé, nas últimas horas que antecederam ao pleito, milhares de incautos eleitores. A esses padres políticos, desejo contrapor o exemplo sadio de muitos outros dignos sacerdotes, que ficaram inteiramente isentos da luta política.”¹⁰

Virgílio Távora assumiu o governo em 25 de março de 1963 e sua maior preocupação passou a ser a implementação de seu programa político-administrativo, o PLAMEG – Plano de Metas Governamentais, que previam a conciliação dos setores opostos: o capital e o trabalho. Sua luta era conquistar a hegemonia. Esse objetivo concretizou-se durante a “União pelo Ceará”.

A coligação “União pelo Ceará”, que deu vitória a Virgílio Távora, congregou em seu seio correntes políticas rivais, mas que ideologicamente compactuavam com os mesmos ideais. Esta união é explicada por Márcia Vidal, usando o conceito gramsciano de “transformismo” , *que significa a assimilação ou cooptação pelo bloco do poder das frações rivais das próprias classes dominantes ou até mesmo de setores das classes subalternas* (VIDAL, 1994, p. 53).

Outra estratégia de Virgílio, visando a implementar sua política assistencialista deu-se por intermédio da ajuda incondicional de sua esposa, D. Luíza Távora, que era considerada a mãe dos “desassistidos”, por cooptar apoio nas camadas subalternas. D. Luíza, através de seu trabalho assistencial, sedimentava o apreço do povo pelo Cel. Virgílio Távora.

Apesar de Virgílio Távora apresentar seu projeto desenvolvimentista como o projeto do Estado, na realidade, ele representava os interesses de um determinado segmento das classes dominantes. A transferência dos investimentos do sul do Brasil para o Nordeste, mas precisamente para o Ceará, era a meta principal de Virgílio e contava com o respaldo da burguesia industrial, que ajudava a consolidar seu poder político.

Inspirado nos planos de metas de Juscelino e no Plano Trienal, na gestão de Goulart¹¹, Virgílio fundamentou seu projeto desenvolvimentista.

Ao apresentar o seu Plano de Metas Governamentais, Virgílio Távora declarou:

“O PLAMEG representa a primeira tentativa honesta e consciente de encerrar uma era de improvisação, dispersão e desperdício no emprego do dinheiro público no Ceará. O Plano não objetiva uma planificação global da economia, mas, tão somente, a ordenação prioritária dos investimentos do próprio Governo, a par do estabelecimento de mecanismos adequados de incentivo e promoção da iniciativa

privada. É certo que, reconhecidas modernamente ao Estado, sobretudo nas regiões subdesenvolvidas, responsabilidades efetivas na promoção do desenvolvimento econômico, ampla área de investimentos lhe está de qualquer modo reservada, notadamente na construção da infra-estrutura indispensável à deflagração do processo de desenvolvimento.” (PLAMEG..., 1963, p. 1)

O PLAMEG buscava criar infra-estrutura no Ceará para implementar a industrialização. Era condição *sine qua non* estabelecer relações cordiais com o governo Federal, apesar de divergir politicamente do presidente João Goulart. Virgílio precisava barganhar verbas nacionais e aval para a capitação de capital estrangeiro, para serem aplicados na consolidação do seu projeto desenvolvimentista. Sua intenção ficou clara no discurso de apresentação do PLAMEG, ao expressar como estavam sendo desenvolvidas as negociações.

“Durante o reduzido período de tempo reservado à elaboração do PLAMEG, preocupou-se o governo eleito em efetuar o reconhecimento dos recursos financeiros, internos e externos, com que poderia

contar com a realização do plano.” (PLAMEG..., 1963, p. 2)

O propósito de Virgílio objetivando angariar ajuda externa justificava-se, principalmente, se analisarmos sua trajetória política. Eleito sob o comando das forças de direita que se juntaram (UDN, PSD e PTN.) para combater o “mal”, que era a ameaça da esquerda chegar ao poder, Virgílio representava as “forças conservadoras” que acreditavam que a vitória de Adahil significaria a vitória de Goulart e, conseqüentemente, a perda do poder e do controle da situação política no Estado.

Essa postura conservadora combinava com a política americana, que procurava proteger e fortalecer políticos que tinham por meta eliminar o “perigo” comunista. Segundo Black, *tornou-se necessário para os Estados Unidos cooptar economicamente as elites políticas visto que era imperioso conter a “ameaça” comunista*” (BLACK, 1977, p. 64).

Desta forma, Virgílio procurava o equilíbrio em sua base de sustentação local buscando a conciliação para manter em torno do seu nome a união de todos os políticos. Em âmbito federal, detinha um relacionamento ambíguo. Apesar de declarar-se, em muitas ocasiões, um adversário político, não expressava isso abertamente. Estava sempre a

costrar condições para concretizar o seu PLAMEG. Nas suas relações internacionais, continuavam com os pleitos de ajuda aos Estados Unidos deixando transparecer que estava disposto a intensificar a presença americana no Ceará. Essa presença já se fazia viva através do programa “Aliança para o Progresso” e poderia ganhar maior contorno viabilizando a execução de muitas das obras que estavam previstas no PLAMEG.

Havia bom relacionamento entre Virgílio e o embaixador dos Estados Unidos, no Brasil, Lincoln Gordon. Para expressar essa ligação LINHARES (1996, p. 243) relata um fato interessante, quando da visita do embaixador ao Ceará:

“O Embaixador dos Estados Unidos, no Brasil, fora convidado para proferir palestra e debate no Centro Acadêmico Clovis Beviláqua, da Faculdade de Direito do Ceará. Às vésperas de sua chegada ao Estado, José de Moura Beleza, que chefiava o movimento sindical de esquerda, procurou o Governador e pediu-lhe que autorizasse à Secretaria da Polícia a permitir a passeata e o sepultamento do Embaixador. Virgílio

fez-se de surpreendido e disse: “Não me consta que o embaixador Lincoln Gordon haja morrido.

Beleza retrucou:

- *“Ora, governador, é um ato simbólico para mostrar nosso repúdio à política dos Estados Unidos”.*

Virgílio então, concluiu:

- *“Doutorzinho, no meu Estado só se enterram os mortos”.*

No dia do debate, Virgílio acompanhou o embaixador e ambos foram vaiados e aplaudidos na Faculdade, conforme a coloração dos estudantes.”

O diálogo acima sugere que Virgílio nutria aberta simpatia ao Governo americano e acreditava nas amplas possibilidades de angariar apoio para a realização de suas metas governamentais estabelecidas no seu PLAMEG.

O Governo de Virgílio pode ser caracterizado em dois momentos: a fase inicial, que vai de 25 de março de 1963 até 31 de

março de 1964 – quando se dá o golpe militar; e a segunda, iniciada logo após o golpe, que se estendeu até meados de 1965.

Durante a fase inicial, Virgílio demonstrou uma postura política contraditória. A sua meta era realizar os planos estabelecidos no PLAMEG, pois o sucesso dele dependia da concretização da sua liderança política no Ceará. Assim, ele procurava manter o equilíbrio dentro do difícil cenário institucional que o Brasil apresentava, sem contar que a nível local precisava, também, amenizar a disparidade de interesses das forças congregadas na “União pelo Ceará” (UDN –PTB – PTN.).

Como a industrialização era a esteira para se atingir o sucesso do PLAMEG, Virgílio não se preocupava em esboçar uma política de coerência no trato com os mais diversos segmentos sociais. O importante era conseguir ajuda para concretizar seu Programa de Governo e, somente do governo João Goulart, dependiam 2/3 dos recursos para atingir esse fim.

Além dessa habilidade de Virgílio, o PLAMEG e, conseqüentemente, seu projeto político, foi fortalecido pela expansão monopolista que o país estava vivenciando, coincidindo portanto com as intenções industrializantes do seu Governo, que procurava ampliar a intervenção na economia, visando a criar condições infra-estruturais

para a industrialização. Essa tática marcou a atuação de Virgílio durante a sua primeira fase. Com sua imagem fortalecida pela publicidade, acabou por consolidar seu prestígio junto aos empresários e políticos que o haviam apoiado.

O golpe militar, deflagrado em 31 de março de 1964, provocou um redimensionamento no quadro político nacional. Aqueles que estavam ao lado do presidente João Goulart, que fora deposto, tiveram seus direitos cassados. O Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, cearense, foi colocado pelos militares para assumir o posto maior do Brasil. Essa substituição de atores na Presidência da República só veio beneficiar o governo de Virgílio Távora; no entanto, a princípio, gerou um clima de intranquilidade, pois, para muitos militares, Virgílio mantinha lealdade a João Goulart e isso seria intolerável para as novas forças do poder. Era preciso que Virgílio esboçasse uma posição mais firme no apoio ao movimento de 1964. O Coronel Caracas Linhares foi enviado ao Ceará para obter a definição de Virgílio quanto ao novo regime.

Com os militares no poder, ocorreu um fortalecimento dos executivos estaduais, que passaram a ser os intermediários oficiais entre

o governo central e as alianças locais, viabilizando um quadro já conhecido em nossa política: da relevância política dos governadores.

“A implantação do novo regime significava o início da vigência da Doutrina de Segurança Nacional, do desenvolvimento planejado e do crescimento através da integração do capital nacional ao capital estrangeiro. O golpe militar representava simbolicamente o ingresso do Brasil na era do capitalismo monopolista.” (VIDAL, 1994, p. 84-85).

3. - Uma Aliança para o PLAMEG

O PLAMEG foi projetado para implantar melhoria nos seguintes setores|:

- 1- infra-estrutura.(rodovias, ferrovias, portos, energia.);
- 2- setores econômicos básicos. (agropecuária, abastecimento, pesca, indústria);

- 3- melhoria de vida do homem. (educação, saúde, bem-estar social, treinamento de mão de obra, pesquisa, água- esgoto-saneamento, telecomunicações);
- 4- outros. (recursos minerais, cooperação com os municípios, desenvolvimento regional, ordem, justiça, segurança pública e crédito).

Todas essas metas para serem consolidadas necessitavam da cooperação financeira do governo federal e organismos internacionais. Nesse contexto, a Aliança para o Progresso foi uma das principais fontes financiadoras do PLAMEG.

O governador Virgílio Távora, com sua política conciliadora, tornou o Ceará “ilha de sanidade administrativa”, ou seja, atendia as exigências do programa Aliança para o Progresso.

“O clima de harmonia política que o Estado tem desfrutado – a ponto de ser identificado pela imprensa do País como uma verdadeira “ilha de paz e tranqüilidade” neste Nordeste perturbado – é o que tem de fato assegurado a solidez dos projetos, não só na parte do desenvolvimento econômico, mas também

no tocante à melhoria de condições de vida do homem.”¹²

As “ilhas de sanidade administrativa”, expressão cunhada por Lincoln Gordon, para identificar regiões sem convulsão política, tipificavam toda a preferência de ajuda financeira através da Aliança para o Progresso, para os governos alinhados com a política americana (PARKER, 1977, p. 118). Esse alinhamento e subordinação deram ao Ceará a oportunidade de sediar a Jornada Brasileira da Aliança para o Progresso, realizada em Fortaleza no período de 4 a 6 de novembro de 1964, sob os auspícios da Comissão Brasileira da Aliança para o Progresso e da Organização dos Estados Americanos. Neste conclave foram discutidas as ações para o desenvolvimento do Nordeste, os problemas habitacionais, a educação, a saúde e a reforma agrária. Os trabalhos representavam o pensamento oficial da Aliança para o Progresso e, em sua maioria, enfocavam os problemas de cada setor sem, contudo, revelar resultados concretos de aplicação de recursos até então liberados pela Aliança para o Progresso no Nordeste.

O governador Virgílio Távora, uma das personalidades brasileiras identificadas com essa política, almejava, desde antes de tomar posse, para a implementação de seus projetos de governo, contar

com um maior volume de recursos da Aliança e, para tanto, viajara até aos Estados Unidos em busca de ajuda.

“Deve ser finalmente salientado que os recursos previstos no PLAMEG (sem embargo de eventuais cortes que venham a ocorrer em dotações federais) poderão ser eventualmente adicionados os que vierem a resultar dos entendimentos efetuados pelo Governador eleito em sua recente viagem aos Estados Unidos da América. As conversações abrangeram os setores agropecuário, rodoviário, hospitalar, colonização, irrigação, crédito supervisionado, abastecimento de água, expansão industrial. Caso se concretize, como se espera, a cooperação financeira da AID, do BID e do Programa Alimentos para a Paz, as etapas do PLAMEG terão sua execução grandemente aceleradas, ampliando-se, conseqüentemente, de modo considerável, as metas do quadriênio (PLAMEG..., 1963, p. 2).

Durante uma exposição à Escola Superior de Guerra sobre seu governo, Virgílio externou preocupação com relação aos recursos de

origem externa, “*de provimento sempre incerto como, infelizmente, a experiência nos tem mostrado, apesar do amplo noticiário envolvendo o grande número de convênios assinados e nem sempre cumpridos*”.¹³

Apesar de sua preocupação, o Estado do Ceará durante o Governo de Virgílio Távora foi beneficiado com recursos da Aliança para o Progresso, para muitos dos projetos previsto no PLAMEG. Na maioria das vezes esses recursos tinham como mutuário a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, órgão oficial brasileiro responsável pela aplicação dos recursos da Aliança no Nordeste, que nos contratos de empréstimos figurava como interveniente. Outros convênios eram realizados entre o próprio governo e as agências internacionais repassadoras das verbas da Aliança para o Progresso.¹⁴

O Governo de Virgílio foi beneficiado com verbas da Aliança para a execução de projetos nas áreas de:

- Infra-estrutura - rodovias, energia, portos, telecomunicações e abastecimento de água e esgoto;

- Setores econômicos básicos – indústria, agropecuária, pesca e abastecimento;
- Pré-investimentos ligados à melhoria de vida do homem – educação, bem-estar social – programa de desenvolvimento de habitação, programa de desenvolvimento de comunidades urbanas e rurais, programa de construção de centros maternas/profissionais, assistência ao menor abandonado, treinamento de pessoal, saúde, pesquisa (PLAMEG, 1963).

A tabela 1, construída a partir de dados do Relatório Ministerial sobre a Alianças para o Progresso, que traz os acordos assinados entre a Aliança e a SUDENE, sumariza alguns desses acordos, que beneficiaram diretamente o Ceará, durante o período do Governo de Virgílio Távora.

Essas informações indicam que o Ceará, durante o Governo de Virgílio Távora, foi contemplado com um montante significativo de recursos da Aliança, permitindo ao governador executar sua política desenvolvimentista dentro das expectativas enunciadas no Plano de Metas Governamentais.

TAB 1 - Acordos para a liberação de recursos, celebrados entre a Aliança para o Progresso e SUDENE⁺.

Área	Montante US\$	Montante CR\$	Assinatura	Beneficiário
Eletrificação	2,4 milhões		10/1963	Cia. Eletrificação de Fortaleza - CONEFOR
Eletrificação	7 milhões		10/1964	Ceará, construção de subestações e linha de transmissão.
Transporte	18,4 milhões		06/1964	Estados do Nordeste, exceto Piauí, Bahia e Sergipe.
Transporte	20 milhões	4,5 bilhões	11/1964	Estados do Nordeste
Transporte		705 milhões	04/1964	Ceará/Construção Estrada Acopiara/Iguatu
Agricultura e Abastecimento	1,2 milhões		04/1963	Universidade do Ceará/Proj. Azimow.
Recursos Naturais	42 mil		09/1963	Ceará/Estudo da Bacia do Rio Acaraú
Recursos Naturais	662 mil		04/1965	Ceará/Estudo do Vale do Jaguaribe
Habitação		190 milhões	06/1964	Fortaleza/Criação dos conjuntos populares.
Recursos Humanos	162 mil		05/1963	Instituições Cearenses/capacitação
Saúde ⁺⁺		330 milhões	1963	Ceará/Centros de Saúde.
Educação	1 bilhão		1963/1964	Reequipamento da rede estadual de ensino/expansão de matrícula.

Fonte: + Relatório de Análise Ministerial da Aliança para o Progresso – período 1963/1964 (SUDENE)

++ Jornada Brasileira da Aliança para o Progresso – A saúde e a Aliança para o Progresso, Exp. Dr. Álvaro Vieira de Melo

Somente para os planos educacionais, o Ceará recebeu entre 1963 e 1964, mais de 1 bilhão de dólares, através da Agência Internacional para o Desenvolvimento (USAID). Graças a esses recursos, o governo acelerou alguns programas, dentre os quais a expansão da matrícula na escola média e o reequipamento da rede estadual. No plano habitacional, o Ceará recebeu de financiamento da USAID, para a construção de casas populares, mais de 100 milhões de cruzeiros.¹⁵

Independentemente dos programas elencados no PLAMEG, havia aqueles de responsabilidade direta da Aliança, como os “Voluntários da Paz” e “Alimentos para a Paz”, que desenvolviam ações de caráter assistencial, nas comunidades urbanas e rurais. No ano de 1965, 56 Voluntários da Paz trabalharam no Ceará, distribuídos em diferentes cidades do interior e capital. Sobre esse grupo, Lima Verde esclareceu *que era formado por estudantes americanos, que vinham para o Brasil para trabalhar em comunidades colaborando nos serviços de saúde pública, ensino rural primário, ensino universitário, extensão agrícola 4-S, clubes agrícolas, merenda escolar e eletrificação rural. Ao mesmo tempo em que passavam suas experiências culturais e lingüísticas, procuravam assimilar os costumes da terra.*¹⁶

Para Lima Verde, o exemplo mais marcante de solidariedade e companheirismo deixado pelos “Voluntários” deu-se com os irmãos John e Mary, que, segundo ele, até hoje são lembrados pela comunidade da cidade de Limoeiro do Norte, no Ceará.

A ingenuidade do caboclo cearense, por certo, não o deixava ver o que lhe cercava. Segundo BANDEIRA (1973, p. 428), *os Voluntários da Paz estavam aparentemente apenas coletando assinaturas contra a expansão do Comunismo e a política externa do Governo, mas, na verdade, articulando as bases da reação fascista no Brasil.*

Em sua entrevista à autora, Lima Verde declarou que o programa “Alimentos para a Paz”, no Ceará, colaborou com a doação de leite em pó, trigo, farinha, fubá e outros alimentos para a população pobre e sua distribuição foi realizada por uma comissão composta de autoridades federais e estaduais sob a responsabilidade do Secretário de Saúde. Nas cidades do interior, esta distribuição estava a cargo da Cáritas e da Confederação Evangélica.

Lima Verde, durante a entrevista, afirmou que *“a distribuição dos alimentos sob a responsabilidade da Confederação Evangélica, dirigida por Gidel Dantas, nunca apresentou problema. Já na área da Cáritas, que era dirigida pelo Padre Arimatéia Diniz, os padres*

recebiam os alimentos nas paróquias e usavam em benefício próprio, desviando-os para fins políticos terríveis.” Não quis explicitar que fins eram esses. Infelizmente não há informação da quantidade de alimentos doados, pelo Programa, ao Ceará.

Sem contar com infraestrutura de armazenamento e distribuição, e muitas vezes por descaso mesmo, estes alimentos deterioravam-se, deixando de beneficiar um grande número de necessitados.

Prova disso são as reportagens publicadas no jornal *O Povo*:
edição do dia 22/03/1963:

“As muitas toneladas de leite em pó que se encontram nos armazéns da firma Carneiro A. Gentil e que ali foram colocadas desde meados do ano passado, com a umidade da atual quadra invernososa, estão sofrendo um rápido processo de deterioração, muito mais acentuado que antes. [...] Trata-se, como se sabe, do leite doado pelo programa da “Aliança – Alimentos para a Paz”, que deveria ter sido entregue às crianças e mães pobres do Ceará, através das Pioneiras Sociais”.

Edição de 20/08/1963:

“Ao contrário do que se supunha, é mínima a quantidade do leite em pó da Aliança para o Progresso que estava depositado há exatamente um ano (chegou a Fortaleza no dia 19 de abril do ano passado) nos armazéns das Pioneiras Sociais. Essa informação foi transmitida ao O Povo pelo Secretário de Saúde do Estado, Dr. Valdemar de Alcântara, que disse já ter iniciado a distribuição do produto. Duzentas sacas do leite foram distribuídas para as cidades do interior afetadas pelas enchentes e algumas Instituições de caridade desta capital. Observou o informante, que logo após a imprensa noticiar que o leite seria liberado chegaram a Secretária de Saúde centenas de pedidos, os quais não poderão ser satisfeitos devidamente, tendo-se em vista pequena quantidade do produto ante o volume das solicitações”.

O descaso ficou patente nestes dois casos. Primeiro a demora na entrega do leite. Depois a justificativa do Secretário de Saúde deixando dúvidas quanto ao montante de leite deteriorado, já que naquela ocasião

o próprio Secretário declarou que não dispõe de leite suficiente para atender às solicitações.

Outro projeto, fruto da cooperação técnica entre as Universidades da Califórnia e do Ceará, procurou conciliar dois objetivos: treinamento de pessoal e a implantação de médias e pequenas indústrias no interior do Estado, mais precisamente na região do Cariri e, em sua segunda versão, na região de Sobral.

Esse programa recebeu o nome de Azimow, devido ao Sr. Boris Azimow, técnico americano responsável pelas ações do projeto. Segundo Lima Verde, *a falência desse projeto ocorreu devido ao desvirtuamento de suas ações. De repente, no Cariri, todos se tornavam industriais da noite para o dia. Não sabiam administrar. Retiravam mais do que faturavam. O coordenador desse programa no Ceará era o prof. João José de Sá Parente.*

A ânsia de implantar indústrias no Cariri casa-se com a política desenvolvimentista propalada pelos Governos do Estado e Central. O sonho da industrialização na região do Cariri foi desfeito por falta de critério na seleção dos pseudo-industriais.

Ainda assim, algumas indústrias floresceram e passaram a constituir o acervo de realizações do projeto no Cariri: IMOCASA -

Indústria de Moagem do Cariri S/A, IESA – Indústria Eletro-máquina S/A, LUNA S/A – Indústria de Calçados, POLITEX – Indústria Prensada; CECASA – Cerâmica do Cariri S/A, IBACIPE – Indústria Barbalhense de Cimento Portland, ALGOPEL S/A – Fábrica de Papeis e INAESA – Indústria de Alimentos Enlatados S/A (PLAMEG, 1963, p. 24).

Para Lima Verde, o Governo Virgílio cumpriu todas as metas estabelecidas em seu PLAMEG. Para ele, o seu Plano de Governo foi o ícone dos projetos. Virgílio implementou a base da telefonia no Ceará, construiu a primeira estrada calcada em aspectos técnicos, que serviu de parâmetro para outras futuras estradas. Todo esse desenvolvimento tornou-se irreversível com a ajuda da Aliança para o Progresso.

Apesar de todo esse ufanismo para com o Governo do Coronel Virgílio Távora, inúmeras críticas foram encetadas contra sua administração e a Aliança para o Progresso no Ceará. Exemplo delas podem ser encontradas nas Atas¹⁷ das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, através de pronunciamentos dos deputados da oposição. As críticas mais contundentes se referem à atuação do DNER e da Secretaria de Educação, no uso indevido de máquinas, no desvio de verbas das estradas e da construção de escolas.

Notas do Capítulo III

01. - Um Coronel importante constituía assim uma espécie de elemento socioeconômico polarizador, que servia de ponto de referência para se conhecer a distribuição dos indivíduos em espaço social, fossem estes seus pares ou seus inferiores. Era o elemento chave para se saber quais as linhas políticas divisórias entre os grupos e os subgrupos na estrutura tradicional brasileira. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “O Coronelismo numa interpretação sociológica”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Difel. Tomo III, vol. 1 p. 156. Chico Monte, porém, era uma espécie de coronel dos coronéis sertanejos.
02. - Entrevista de Paulo Lima Verde, jornalista e ex-funcionário do USIS, concedida à autora no dia 4/02/2000.
03. - Revista *O Cruzeiro*, 1962.
04. - Jornal *O Povo*, edição do dia 6 de junho de 1962, p. 2.
- 05 - Carta endereçada ao Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, pelo Padre José Palhano, arquivada no Núcleo de Documentação da Universidade Federal do Ceará.
06. - Jornal *Correio do Ceará*, edição de 30 de julho de 1962. p. 5

07. - Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 15 de março de 1964, pelo Governador Virgílio Távora. Imprensa Oficial. Fortaleza – Ceará. p. 9/10.
08. - Discurso de Adahil Barreto, arquivado no Núcleo de Documentação da Universidade Federal do Ceará, 1962.
- 09 - Discurso de Adahil Barreto.
10. - Discurso de Adahil Barreto.
- 11 - O Plano Trienal foi o primeiro instrumento da política econômica globalizante, dentre todos formulados até então pelos diversos governos no Brasil. VIDAL (1994, p. 53).
12. – TÁVORA, Virgílio. Discurso perante a Escola Superior de Guerra, 15 de março de 1964. Fortaleza. 1964. p. 8
13. - TÁVORA, Virgílio. Discurso perante a Escola Superior de Guerra, 15 de março de 1964. Fortaleza. 1964. p. 38.
14. - Mensagem nº 3.659 à Assembléia Legislativa do Ceará em 14 de dezembro de 1965, p 391 do livro de ata das Sessões de 1 a 15 de dezembro de 1965 (Anais) Fortaleza. Editora Jurídica Ltda. Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, 3ª Sessão da 16ª Legislatura tomo II)) assinados diretamente pelo Governo do Estado com as instituições financeiras internacionais, sem a interveniência da SUDENE, representavam uma derivação do

programa da Aliança. Sendo a SUDENE o órgão determinado pela Aliança para intermediar o repasse de verbas para os Estados, no Governo Goulart, os Estados Unidos, por causa de suas “tendências esquerdistas”, passam a realizar acordos de cooperação diretamente com aqueles governos estaduais que atendiam aos padrões das ajudas econômicas norte-americanas, na tentativa de desacreditar o Governo central.

15. – Jornal O Povo, edição de 13 de fevereiro de 1964, p. 2
- 16 – Entrevista dada à autora pelo jornalista Paulo Lima Verde, em 4/02/2000.
17. – Atas da Assembléia Legislativa do Ceará, dos anos de 1964 e 1965.

CONCLUSÃO

O presente trabalho objetivou analisar os propósitos da Aliança para o Progresso e um caso particular da inserção dela no Brasil: sua difusão no Ceará, especificamente no Governo do Coronel Virgílio Távora.

Com relação à política mentora e mantenedora da Aliança para o Progresso, suas ações e metas camuflaram, segundo respeitáveis opiniões citadas¹, os reais interesses do Governo americano no hemisfério. Essa política visou, principalmente, a contenção da “ameaça” comunista, ao mesmo tempo em que procurava salvaguardar seus mercados e perpetuar uma situação de hegemonia na América Latina. No Brasil, a Aliança para O Progresso dentro de seus reais objetivos, encontrou um campo de atuação no Nordeste explosivo.

No Ceará, Virgílio Távora, uma “cria” da Aliança para o Progresso, desde sua indicação dentro de uma insólita “União pelo Ceará”, foi beneficiado com verbas da Aliança, que permitiram, primeiramente, a sua vitória para o governo do Estado, em 1962 e, já como governador, a implementação de seu Programa de Metas Governamentais, com o qual pôde executar sua política conciliadora e “desenvolvimentista”.

No aspecto político institucional, a Aliança conseguiu neutralizar a infiltração de grupos comunistas, evitando a sua ascensão ao poder, tanto no plano estadual, como no Federal, conforme vimos. Sob este prisma, a ajuda da Aliança atingiu seus objetivos, podendo ser considerado um Plano vitorioso, politicamente.

Contudo, durante a sua vigência, a Aliança sofreu derivações de toda ordem: submissão, manipulação e controle ideológico, pelos Estados Unidos, dos países participantes. Por outro lado, as nações envolvidas no Programa não foram capazes de administrar corretamente os recursos colocados à sua disposição. Campearam os desvios de verbas e alimentos, fatores estes que, por certo, foram os responsáveis pelo fracasso do Programa em toda a América Latina. Esta constatação advém da atual situação vigente no Hemisfério, que ainda apresenta os mesmos problemas, talvez até bem maiores que os da década de sessenta. Aumento do índice populacional, saúde precária, elevado índice de mortalidade infantil, educação involuída, baixo índice de renda *per capita*, falta de moradia, alimento e emprego, má distribuição de renda, aumento da criminalidade, etc. Estes parâmetros indicam que, embora o Brasil como um todo, tenha experimentado um desenvolvimento

acentuado nas décadas de 1960 e 1970, isto não se traduziu em melhoria nas condições de vida dos brasileiros, tampouco dos cearenses.

A Aliança durou pouco mais de uma década, não resolveu os problemas da América Latina e acabou criando um profundo ressentimento em sua população, com relação aos Estados Unidos. Enfraquecida com a morte de Kennedy, arrefeceu definitivamente a partir do intensificação da Guerra do Vietnã. A preocupação americana com o comunismo voltou-se para a Ásia.

A conclusão mais importante é que, dada a importância assumida pelo Coronel Virgílio Távora desde então e por cerca de vinte anos no Ceará, a Aliança para o Progresso afetou profundamente a história política desse Estado: essa história teria sido completamente outra se não fora a arrojada intervenção da Aliança na cooptação de Virgílio Távora, o qual, de outro modo, não teria sido o que veio a ser.

Nota da conclusão

- 1.– Ver análises referente ao assunto, realizadas por Black, Bandeira, Page, Moscoso, Kissinger e Parker, transcritas e comentadas a partir do capítulo II, item 3 - Críticas à Aliança para o Progresso, página 80.

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS E IMPRESSAS

Jornal O POVO, Fortaleza, 1960-1970.

Jornal CORREIO DO CEARÁ, Fortaleza, 1960-1964.

Jornal O UNITÁRIO, Fortaleza, 1962.

Jornal TRIBUNA DO CEARÁ, Fortaleza, 1960-1967.

Revista O CRUZEIRO, Rio de Janeiro, 1962.

Revista SELEÇÕES, Rio de Janeiro, 1962.

Discurso de Adahil Barreto, Núcleo de Documentação da Universidade Federal do Ceará.

DOCUMENTOS OFICIAIS

-Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, 1960-1968.

-Carta de Punta Del Este, 1961.

-Declaração aos Povos da América. Punta Del Este, Uruguai, 17 de agosto de 1961.

- Discurso de Virgílio Távora perante a Escola Superior de Guerra, 15 de março de 1964.
- Jornada Brasileira da Aliança para o Progresso, realizada em Fortaleza, de 4 a 6 de novembro de 1964.
- Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa pelo Governador Virgílio Távora, Fortaleza, 15 de março de 1964.
- Plano de ação integrada do governo do Estado do Ceará – 1967-1970.
- PLAMEG – Plano de Metas Governamentais, Ceará, 25 de março de 1963.
- Relatório de análise ministerial sobre a Aliança para o Progresso, CIAP, 1965.

LIVROS E REVISTAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *O engenho antimoderno: a invenção do Nordeste e outras artes*. Tese de Doutorado em História. Campinas: Unicamp, 1994.
- ALVES, Júlia Falivene. *A invasão cultural norte-americana*. 2ed. São Paulo. Editora Moderna, 1988.

- ANDERSON, Charles W. *O governo das nações agitadas – a inquietação latino-americana. Política e transformações econômicas e sociais na América Latina*. Trad. de Leônidas Contijo de Carvalho. São Paulo. IBRASA, 1975.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 5ed. São Paulo. Atlas, 1986.
- AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionários de nomes, termos e conceitos históricos*. 3ed. (Ampliada e atualizada) Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1999.
- BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1973.
- BARROS, Edgar Luiz de. *A guerra fria*. São Paulo. Atual; Campinas. Editora da UNICAP. 1988.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República: 1961 – 1967*. 3ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975-1976.
- BASTOS, Elide Rugai. *A Mobilização Camponesa do Nordeste – 1954/1964*. IN: *Revoluções Camponesas na América Latina*. Org. José Vicente T. dos Santos. São Paulo. Ícone Editora, 1985.
- BLACK, Jan Knippers. *United States penetration of Brazil*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1979.

- BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1967.
- BRUIT, Héctor H. *O imperialismo*. Coleção discutindo a história. 3ed. São Paulo, Atual, 1988.
- CARR, Raymund. *A guerra fria na América Latina*. In. *Cuba e os Estados Unidos*. O Cruzeiro. Rio de Janeiro., 1967.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. *O Nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional*. São Paulo: HUCITEC/SUDENE, 1987.
- CARVALHO, Otomar de. *A economia política do nordeste (seca, irrigação e desenvolvimento)*. Rio de Janeiro. Campus; Brasília: ABID - Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem. 1988.
- CHRISTINNE, Buci – Glucksmann. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- COHN, Amélia. *Crise Regional e Planejamento*. São Paulo. Perspectiva, 1978.
- DOZER, Donald Marquand. *América Latina – uma perspectiva histórica –*, 2ª ed. Porto Alegre. Editora Globo, 1974.
- DREIFUSS, René Armand. 1964. *A conquista do Estado. Ação, poder e golpe de classe*. Petrópolis. Vozes, 1981.

- ERNEST, R. May. *Os grandes debates da política exterior norte-americana*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1964.
- FALCÃO, Armando. *Tudo a Declarar*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.
- FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil republicano. Sociedade e política (1936-1964)*. 5ª Ed. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil S/A., 1973.
- FURTADO, Celso. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1973.
- _____. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985.
- _____. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1989.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 35ª Ed. Paz e Terra. s/d.
- GIRÃO, Raimundo. *Pequena história do Ceará*. Fortaleza, Edições UFC, 1983.
- GOMES, Luiz Souza. *América Latina seus aspectos, sua história, seus problemas*. 2ª Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1966.
- GORDON, Lincoln. *O progresso pela Aliança*. Rio de Janeiro, Ed. Record. 1962.
- GRAMSCI, Antônio. *Escritos políticos*. Vols. I, II, III, IV. Lisboa, Editora Seara Nova, 1976.

- _____. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1976.
- HAROLD, Syrett. *Documentos históricos dos Estados Unidos*. São Paulo, Editora Hucitec, 1980.
- KISSINGER, Henry A. *Política externa Americana*, Editora Expressão e Cultura. Rio de Janeiro 1969.
- LAMBERT, Jacques. *América latina – estruturas sociais e instituições políticas*. Editora da Universidade de São Paulo, 1969.
- LINHARES, Marcelo. *Virgílio Távora: Sua época*. Fortaleza, UFC – Casa de José de Alencar, 1996.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *América latina contemporânea: modernização/desenvolvimento/dependência*. Rio de Janeiro, 1970.
- LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. Editora Hucitec. São Paulo, 1987.
- MARANHÃO, Ricardo. *O Governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo. Brasiliense, 1994. (Tudo é História).
- MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. 2ª Ed. Petrópolis, Vozes, 1985.
- MELO, José Octávio de Arruda. *1964: A dimensão Global (Formação do movimento brasileiro de 64)*. João Pessoa, Editora Universitária – UFPB, 1997.

- MICHELENA, José Agustín Silva. *Crise no sistema mundial: política e blocos de poder*. Trad. De João Maia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- MONTENEGRO, Abelardo F. *Da Aliança para o Progresso à ação para o progresso*. Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1971.
- OLIVEIRA, José Cláudio de. *Estórias dos que fizeram a história*. Reportagens publicadas no jornal “Tribuna do Ceará”. Fortaleza, Editora O Povo S.A, 1986.
- OSGOOD, Robert E. et all. *Os Estados Unidos e o Mundo: da doutrina Truman ao Vietnã*. Editora Ibrasa. S.N.
- PAGE, Joseph. *A revolução que nunca houve: o nordeste do Brasil (1955 – 1964)*. Rio de Janeiro, Record, 1989.
- PARKER, Phyllis R. *O papel dos Estados Unidos no golpe de estado de 31 de março*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1977.
- PORTELLI, Hugyes. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- SADER, Emir. *Cuba, Chile, Nicarágua: socialismo na América Latina*. São Paulo, Atial, 1992.
- SANTOS, José Vicente T dos. (Org.) *Revoluções camponesas na América Latina*. São Paulo, Ícone Editora/Unicamp, 1985.

- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo, Vértice, 1986.
- SILVERT, Kalman H. *Perspectiva hemisféricas*. In: *Cuba e os Estados Unidos*. O Cruzeiro. Rio de Janeiro., 1967.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 5ed. Rio de Janeiro, Editora Saga, 1969.
- SOARES, José Arlindo. *A frente do Recife e o Governo do Arraes: Nacionalismo em crise.1955-1964*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982.
- SOUZA, Maria do Carmo Carvalho Campello de. *Estado e Partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo, Alfa/Omega, 1976.
- SOUZA, Simone de. (Org.) *História do Ceará*. Fortaleza, UFC/FDR/STYLUS, 1989.
- STACCONE, Giuseppe. *Gramsci: Bloco histórico e hegemonia*. São Paulo, Centro de Pastoral Vergueiro, 1987.
- SZULC, Tad. *Exportação da Revolução Cubana*. In: *Cuba e os Estados Unidos – Perspectivas no tempo*. Rio de Janeiro. O Cruzeiro, 1967.
- TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: *Fábrica de ideologias*. São Paulo, Ática, 1977.
- TORRES, Ary Frederico. *Digesto Econômico*, nº 172. 1963.

TOURAINÉ, Alain. *Palavra e Sangue: política e sociedade na América*

Latina. São Paulo, UNICAP, 1989.

VIDAL, Márcia. *Imprensa e poder: I e II Veterados (1963-1966 e 1979-*

1982), no jornal O Povo. Fortaleza. Secretaria de Cultura e Desporto

do Estado do Ceará, 1994.

WEBER, Max. *História Geral da Economia*. São Paulo, Editora Mestre

Jou. S.D.

YPSILON, apud Silvert, K.H. *Cuba e Os Estados Unidos – Perspectiva no*

Tempo. O Cruzeiro. Rio de Janeiro, 1967.

ANEXOS

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)